

# RESOLUÇÃO POLÍTICA DA 9.<sup>a</sup> AORBE

## 1 – A SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NO DISTRITO DE BEJA (2014-2018)

### 1.1. O contexto nacional

1.1.1. A evolução da situação económica e social no distrito de Beja, no período entre a realização da 8.<sup>a</sup> e da 9.<sup>a</sup> AORBE, entre Novembro de 2014 e Junho de 2018, é indissociável do contexto nacional.

1.1.2. Hoje, no País, a situação económica e social continua marcada pelas consequências de décadas de política de direita agravadas pelo “pacto de agressão” subscrito por PS, PSD e CDS e aplicado durante quatro anos pelo Governo PSD/CDS submetido aos ditames do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

1.1.3. A destruição de direitos, a liquidação de serviços públicos e condições de vida do povo português, a abdicação da soberania nacional e o desrespeito pela Constituição da República, o fortalecimento do poder do capital monopolista, acompanhado de uma intensa ofensiva político-ideológica visando a aceitação do retrocesso civilizacional, continuam a reflectir-se negativamente na situação actual e a condicionar a evolução futura.

1.1.4. Os dois primeiros anos da nova fase da vida política nacional – 2016 e 2017 – mostraram que o caminho capaz de assegurar o crescimento económico e o progresso social é o da defesa e conquista de direitos, da elevação de salários e pensões, da reposição de outros rendimentos e remunerações dos trabalhadores e do povo, tal como foi sublinhado pelo Comité Central do PCP, na sua reunião de 20 e 21 de Janeiro de 2018.

1.1.5. As bases do crescimento económico exigem, entre outras condições, o reforço do aparelho produtivo e da produção nacional, indispensáveis ao desenvolvimento soberano, e assentam na valorização do trabalho e dos direitos e não na intensificação da exploração e do empobrecimento.

### 1.2. Nova fase na vida política

1.2.1. Com a condenação social, política e eleitoral do PSD e do CDS e a derrota e afastamento do seu governo, em Novembro de 2015, inseparáveis da luta dos trabalhadores e do povo português, abriu-se nos últimos dois anos e meio, com a iniciativa e a contribuição decisivas do PCP, uma nova fase na vida política nacional.

1.2.2. O desenvolvimento da situação nacional revela as contradições desta nova fase: é verdade que foi possível retomar no País a aprovação de medidas não só de reposição de direitos liquidados como de novos avanços e conquistas. Mas não é menos verdade que só não se foi mais longe porque o PS, convergindo com PSD e CDS, em matérias estruturantes, submetido aos

interesses do grande capital, amarrado a opções que submetem Portugal a objectivos contrários aos interesses nacionais, revela o seu posicionamento de classe, confirma as divergências com o PCP daí decorrentes.

**1.2.3.** A nova fase da vida política nacional pôs em evidência três questões: 1) a desmontagem da mistificação sobre as eleições legislativas revelando que a questão central que nelas se coloca não é a da eleição de um primeiro-ministro mas sim a da eleição de deputados e da sua distribuição na Assembleia da República; 2) a derrota da tese que apresentava o caminho do ataque a direitos, o empobrecimento do povo e do País e a intensificação da exploração não só como única política possível mas como condição para o crescimento económico; 3) a importância do reforço da influência do PCP e do papel insubstituível que desempenha para uma política que dê resposta aos problemas nacionais.

**1.2.4.** Esta nova fase confirmou o papel do PCP, do seu valor, força, influência e capacidade de intervenção. Todas as medidas que traduziram avanços e passos na elevação das condições de vida, na protecção social e na valorização das reformas, na justiça fiscal, no apoio à educação e à cultura, no acesso à saúde, na revogação de limitações a direitos e salários dos trabalhadores tiveram a iniciativa, a persistência e a contribuição do PCP.

### **1.3. Melhoria das condições de vida**

**1.3.1.** De 2016 para cá, em dois anos e meio, foi possível, com a luta dos trabalhadores e do povo e o contributo do PCP, concretizar um conjunto de iniciativas que traduzem uma melhoria das condições de vida para milhões de portugueses, alcançadas pelo somatório e conjugação das medidas aprovadas nos orçamentos do Estado e para além deles.

**1.3.2.** Com a eliminação da sobretaxa no IRS, o aumento do valor do mínimo de existência e a introdução de dois novos escalões, os rendimentos do trabalho terão até ao final de 2018 um desagravamento fiscal na ordem dos 1,1 mil milhões de euros; com o aumento geral das reformas e em particular o aumento extraordinário alcançado no OE de 2017 e o valor inscrito para 2018, cerca de um milhão e 200 mil reformados terão um aumento acumulado de 20 euros em reformas e pensões que estavam congeladas há largos anos; cerca de um milhão de portugueses foi abrangido pelo desagravamento do IMI de 0,50% para 0,45%; mais de 550 mil crianças vão ter os seus manuais escolares gratuitos (1.º e 2.º ciclos do ensino básico), avançar-se-á para a redução do número de alunos por turma e cerca de um milhão e 100 mil crianças estão já a beneficiar de aumentos no abono de família; 91 mil desempregados deixaram de estar sujeitos ao corte de 10% no valor do subsídio de desemprego; consagrou-se a reposição dos feriados roubados; foram repostos os direitos da contratação colectiva para os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado bem como os complementos de reforma que tinham sido roubados; os trabalhadores da Administração Pública, a quem foram repostos os salários e o horário de trabalho de 35 horas e aumentado o subsídio de refeição em 120 euros anuais, contarão, a partir de 2018, com o descongelamento da progressão das carreiras e a respectiva valorização remuneratória, ainda que faseada, e passarão a beneficiar do valor das horas

extraordinárias, do trabalho nocturno e horas de qualidade, sem os cortes que a Lei do Orçamento impunha; centenas de milhares de micro, pequenas e médias empresas estão a ter uma redução fiscal por via da baixa do valor do pagamento especial por conta; no sector da restauração, cerca de 75 mil empresas beneficiaram do impacto da redução do IVA para 13%; após a introdução do Adicional ao IMI para património de valor elevado e da eliminação da isenção do IMI para os fundos imobiliários, consagrou-se o aumento de 7% para 9% da derrama estadual para as empresas com lucros superiores a 35 milhões de euros, visando uma maior justiça fiscal; os pescadores e agricultores terão os apoios ao gasóleo e gasolina – alcançados em 2017 – consolidados a partir deste ano; mais de 170 mil estudantes do ensino superior terão pelo terceiro ano consecutivo o valor das propinas sem qualquer agravamento e todos os estudantes passarão a beneficiar do alargamento do passe social nos transportes públicos; as cativações e outros instrumentos utilizados pelo Governo PS para limitar e até deturpar o alcance de medidas inscritas em OE anteriores, estarão mais limitados em 2018; o subsídio de Natal, cuja eliminação foi imposta na prática pelo governo anterior, será integralmente reposto para todos os trabalhadores e reformados em 2018.

**1.3.3.** Foram ainda adicionadas no OE deste ano várias medidas do programa integrado, apresentado pelo PCP, de apoio às vítimas e áreas atingidas pelos incêndios florestais de 2017, de defesa da floresta contra incêndios, de valorização da agricultura familiar e do mundo rural e de promoção do desenvolvimento regional.

**1.3.4.** No quadro da sua independência de análise e de acção política, o PCP, determinado pelo seu compromisso com os interesses dos trabalhadores e do povo, não desperdiçou nem desperdiçará nenhuma oportunidade de contribuir em todas as circunstâncias para a elevação das condições de vida e para a defesa, reposição e conquista de direitos.

## **1.4. É preciso ir mais longe**

**1.4.1.** Como a vida política recente demonstra, é com o PCP e o reforço da sua influência política e eleitoral, com a luta dos trabalhadores e do povo e a convergência dos democratas e patriotas que se criarão as condições para ir mais longe na resposta aos problemas do País, para romper com a política de direita, para dar corpo à política alternativa, patriótica e de esquerda e assegurar um governo capaz de a realizar.

**1.4.2.** O PCP valoriza o conjunto de medidas alcançadas nos últimos orçamentos do Estado, com a sua contribuição, numa linha de defesa, reposição e conquista de direitos. Mas reafirma que a resposta necessária e plena ao conjunto dos problemas acumulados que condicionam o desenvolvimento do País está limitada pelas opções do PS e do seu governo. Se é verdade que foi possível, na nova correlação de forças e com a intervenção do PCP, assegurar medidas positivas, não é menos verdade que as orientações estratégicas do PS impedem uma resposta estrutural às questões centrais que se colocam ao País.

**1.4.3.** Os elementos positivos na evolução da situação económica do País não alteram o seu enquadramento estrutural. Os indicadores económicos que têm sido revelados (por exemplo, o crescimento do PIB em 2017 na ordem do 2,6%) reflectem o efeito da reposição de rendimentos que estimulou o consumo e o mercado interno. Para um maior impacto no desenvolvimento soberano do País, tais factores positivos deveriam ser acompanhados de medidas de valorização do aparelho produtivo nacional.

**1.4.4.** Ao mesmo tempo, a evolução da situação económica reflecte uma conjuntura externa favorável mas que o País não controla – taxas de juro baixas e preço do petróleo baixo, ainda que a subir, injeções de liquidez por parte do Banco Central Europeu, crescimento económico nos principais países com os quais Portugal se relaciona.

**1.4.5.** Trata-se de uma conjuntura que, para além de arrastar consigo a criação líquida de emprego (ainda que assente em baixos salários e vínculos precários), contribui para uma maior arrecadação da receita fiscal, realidade que o Governo PS aproveita para justificar e validar a sua opção de não romper com a política de direita.

**1.4.6.** No entanto, a evolução da criação da riqueza desde a introdução do euro em Portugal mostra que entre 2002 e 2015 o crescimento económico esteve praticamente estagnado (subida média anual do PIB de 0,7% e queda de mais de 30% do investimento), tornando evidente que, para além de pequenas oscilações de conjuntura, não será possível assegurar um crescimento duradouro e sustentado dentro do euro.

**1.4.7.** Portugal continua, pois, a padecer de problemas estruturais profundos. Décadas de política de direita agravaram dependências, destruíram a capacidade produtiva, enfraqueceram estruturas e serviços do Estado, fragilizaram o País em múltiplas dimensões, em especial nas regiões deprimidas e nas camadas e sectores sociais mais carenciados.

**1.4.8.** Problemas decorrentes e agravados com o domínio do poder dos monopólios sobre os sectores estratégicos da economia, com um aparelho de Estado moldado aos seus interesses e um País amarrado a imposições supranacionais e à sua estratégia de exploração e acumulação capitalista.

**1.4.9.** Os sectores estratégicos da economia estão hoje dominados pelos monopólios, nacionais e sobretudo estrangeiros, com sucessivos governos a tomar partido pelo grande capital.

**1.4.10.** A situação escandalosa na PT/Altice, nos CTT ou na EDP, por exemplo – com uma crescente degradação dos serviços prestados, o ataque aos direitos dos trabalhadores e o agravamento dos preços e tarifas, acompanhados, em simultâneo, pela saída de milhares de milhões de euros para o estrangeiro – é reveladora da incompatibilidade entre os interesses nacionais e os dos grupos económicos.

**1.4.11.** No sector financeiro, em especial na banca, em processo de acelerada concentração nas mãos de grupos económicos estrangeiros, a situação tem

sido marcada nas últimas décadas pela sucessão de casos de corrupção e gestão danosa, inseparáveis da natureza especulativa destes grupos, e já custou ao povo português milhares de milhões de euros. Situação em que avultam os despedimentos em larga escala, o encerramento de balcões, os custos dos serviços e comissões bancárias, a política de crédito orientada para o apoio aos sectores não produtivos e para actividades parasitárias e de alto risco, o crédito mal parado, associados aos objectivos da União Europeia e do grande capital de liquidação da Caixa Geral de Depósitos.

**1.4.12.** A situação social no País continua a ser marcada por graves problemas e profundas injustiças, desde logo na distribuição do rendimento nacional entre capital e trabalho, para o que concorrem, entre outras importantes razões, a política laboral, o sistema fiscal e opções orçamentais limitadas e insuficientes.

**1.4.13.** Prossegue uma política orientada por opções de contenção do crescimento dos salários. A precariedade continua a assumir uma grande dimensão, acentua-se a desregulação dos horários de trabalho, a repressão e violação dos direitos e liberdades de organização e intervenção sindical, incluindo o direito à greve são uma realidade, a contratação colectiva continua sujeita à caducidade como uma arma nas mãos do patronato, e as normas gravosas inscritas na legislação laboral não só não foram revistas como foram rejeitadas por PS, PSD e CDS propostas com vista à sua revogação apresentadas pelo PCP na Assembleia da República Assembleia da República, a que acrescem os recentes acordos entre governo/patronato/UGT no Conselho Permanente da Concertação Social, que ao invés do propalado, agravam ainda mais, vários aspectos da legislação laboral. Registam-se processos de encerramento e deslocalizações nomeadamente de empresas multinacionais. Verificam-se, ainda, aumentos de preços de bens e serviços.

**1.4.14.** A dívida pública continua a ser um sorvedouro de recursos nacionais, travão ao desenvolvimento e instrumento de sujeição do País às grandes potências e ao grande capital. O País continua a despende por ano mais de sete mil milhões de euros de recursos públicos para pagamento de juros e gasta mais de dois mil milhões de euros nas parcerias público-privado e em contractos especulativos, recursos que são indispensáveis para melhorar os serviços públicos, aumentar os rendimentos dos trabalhadores e dinamizar o investimento e a produção nacional.

**1.4.15.** A submissão ao euro não só não é questionada por parte do Governo PS como este defende o aprofundamento da chamada União Económica e Monetária. Ainda que afirme reconhecer a existência de problemas no funcionamento da moeda única, dada a indistigável crise que atravessa a Zona Euro, o PS, tal como o PSD e o CDS, recusa a recuperação da soberania monetária.

**1.4.16.** O reforço do aparelho produtivo nacional continua a não ser assumido como prioridade estratégica. A resposta às necessidades nacionais com a substituição de importações por produção nacional é desvalorizada e ofuscada pela lógica das exportações, como se tal fosse suficiente para garantir o desenvolvimento e a soberania do País. Os défices estruturais – produtivo, energético, científico, demográfico – exprimem-se num País marcado por profundas desigualdades e desequilíbrios, incluindo no território, e não

permitem o pleno aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento existentes.

**1.4.17.** Os serviços públicos continuam com falta de trabalhadores, de equipamentos, de investimento na sua manutenção e reforço, com consequências na resposta às populações. A situação vivida na saúde e no ensino ou nas empresas públicas de transportes não encontra a resposta exigível.

**1.4.18.** A pretexto de uma falsa descentralização – que é de facto uma transferência de encargos e responsabilidades não cumpridas pela administração central –, o Governo PS pretende transferir para as autarquias locais um conjunto de competências da administração central, conduzindo a uma ainda maior degradação dos serviços, ao agravamento das desigualdades e à desresponsabilização pelo Estado de funções sociais que constitucionalmente lhe estão cometidas.

## **1.5. O desenvolvimento tarda em chegar**

**1.5.1.** A situação económica e social no distrito de Beja e na região do Alentejo continua a ser marcada, por um lado, pelas consequências de décadas de políticas de direita no País e, por outro lado, pelos efeitos das opções governamentais centralistas e discriminatórias em relação ao interior. O desenvolvimento tarda em chegar.

**1.5.2.** A lenta recuperação de direitos e rendimentos dos trabalhadores e do povo, verificada a partir de 2016, apesar de positiva, contrasta na região com a manutenção de elevados índices de desemprego, com o aumento da precarização nas relações laborais e os baixos salários e pensões, com a continuada degradação de serviços públicos (falta de meios humanos, financeiros e materiais) e até o seu encerramento – como denunciou, uma vez mais, em Fevereiro de 2018, a Direcção Regional do Alentejo do PCP.

**1.5.3.** Nos últimos anos não se alteraram significativamente, de forma positiva, os traços essenciais que caracterizam a situação no distrito de Beja, onde as populações foram castigadas pelas políticas governamentais de empobrecimento e também pela marginalização, pela desertificação e pelo despovoamento do território.

**1.5.4.** Acentuaram-se a quebra demográfica e o envelhecimento populacional (sobretudo nas aldeias), continuou a emigração de jovens – quer para outras regiões do País como a Grande Lisboa ou o Algarve, quer para o estrangeiro –, saída não compensada com a vinda de imigrantes, em geral sazonais e com dificuldades de integração.

**1.5.5.** Registaram-se taxas elevadas de desemprego, acima da média nacional, alastrou a precariedade e o subemprego, com os salários baixos, com muita gente a recorrer a biscates, com o ressurgir de bolsas de pobreza.

**1.5.6.** Prosseguiu o encerramento de escolas (nos últimos 12 anos, fechou metade das escolas públicas do distrito), diminuiu o número de professores e

de outros funcionários públicos. Nos hospitais e centros de saúde faltam médicos (sobretudo especialistas), enfermeiros e outros técnicos, os equipamentos não são renovados.

**1.5.7.** As freguesias extintas em 2013 não foram repostas, degradando a qualidade da democracia. Reduziram-se os efectivos e os meios da GNR em vilas e aldeias, e os da PSP em Beja e Moura. Manteve-se o fecho de ligações ferroviárias (como a ligação directa Beja-Lisboa, por falta de electrificação do troço Beja-Casa Branca, ou como a ligação Beja-Vila Real de Santo António, por fecho do troço Beja-Funcheira), tendendo-se a transformar a rede ferroviária da área de Beja num ramal secundário. São cada vez menos e mais caros os transportes colectivos rodoviários ligando as aldeias, vilas e cidades do distrito. Muitas estradas continuam degradadas, o IP8 e outras acessibilidades rodoviárias estão por concluir, no aeroporto de Beja não foram aproveitadas as suas potencialidades.

**1.5.8.** Nos campos, a par da vinha, intensificam-se as monoculturas do olival e, mais recentemente, do amendoal, empregando pouca mão-de-obra e recorrendo sobretudo à exploração de imigrantes sazonais, além de criarem problemas problemas cuja dimensão ainda está por conhecer, em especial na área ambiental e na saúde das populações.

**1.5.9.** Continua a faltar, pois, no distrito de Beja e em toda a região do Alentejo, uma política estrutural que rompa com os estrangimentos existentes, o que passa pela aplicação das medidas e políticas desde sempre defendidas pelo PCP e pela concretização de investimentos indispensáveis.

**1.5.10.** O PCP tem denunciado a atitude do PS de não assumir, por opção, uma ruptura clara com a política de direita e de no plano regional persistir no aproveitamento das estruturas do aparelho de Estado para favorecer os seus objectivos partidários, numa actuação articulada entre eleitos autárquicos e governantes, ao mesmo tempo que tomam atitudes penalizadoras dos interesses dos trabalhadores, como a recusa da negociação de acordos com os sindicatos e os atrasos na resolução das situações de precariedade e de aplicação das valorizações remuneratórias.

## **1.6. Seca, Alqueva e mudanças necessárias**

**1.6.1.** Numa linha de intervenção e iniciativa política, o PCP promoveu em Fevereiro deste ano, em Évora, um debate sobre a “Seca – consequências e caminhos”, com a participação de dezenas de especialistas, técnicos, entidades ligadas ao sector e dirigentes nacionais, regionais e locais do Partido.

**1.6.2.** A iniciativa constituiu um importante contributo para a tomada de consciência da necessidade de medidas de carácter imediato, mas sobretudo estrutural, para, através da adopção de políticas integradas e da criação de uma rede de infra-estruturas hidráulicas, se minimizar os problemas decorrentes da seca e promover o desenvolvimento da região.

**1.6.3.** As secas – os efeitos da de 2017/2018 foi ultrapassada com as chuvas ocorridas no final do Inverno e na Primavera deste ano – requerem medidas que o PCP tem insistentemente reivindicado, de carácter estrutural e urgente, com impacto na rede hidráulica existente e a criar, a intervenção na melhoria das actuais infra-estruturas, incluindo o aumento de capacidades, a concretização da construção de barragens há muito tempo previstas e a ligação entre Alqueva e Monte da Rocha.

**1.6.4.** Neste quadro, o PCP manifestou a sua preocupação face à tendência para o aumento dos períodos de seca e pela opção por uma agricultura assente quase em exclusivo no regadio, caracterizada pela intensificação do uso da água e da terra, de que em vastas áreas da região a vinha e o olival são a principal expressão.

**1.6.5.** O recente período de seca confirmou que Alqueva, como um empreendimento de fins múltiplos, foi fundamental como reserva estratégica de água e cumpriu um importante papel de menorização dos efeitos adversos da falta de água.

**1.6.6.** Sendo importante esta função, como ficou uma vez mais comprovado, entende o PCP que Alqueva tem de ser muito mais do que isso. Continuando o abastecimento de água às populações a ser a prioridade, tem de ser um empreendimento ao serviço do desenvolvimento da região e do País, sobretudo na vertente agrícola, além das vertentes energética e turística.

**1.6.7.** Considera o PCP que o modelo de exploração que tem vindo a ser adoptado na zona de influência de Alqueva está invertido em relação ao necessário para que contribua efectivamente para o desenvolvimento da região, para a melhoria da capacidade produtiva da agricultura: enquanto instrumento de resposta à capacidade de se assegurar a soberania alimentar; enquanto elemento de valorização do trabalho, com a criação de empregos com direitos; enquanto forma de dinamizar a economia local, regional e nacional.

**1.6.8.** A intensificação do uso da água e da terra, predominando os regimes de monocultura, assentes na exploração do trabalho precário e de baixos salários, apenas favorece o processo de acumulação capitalista na agricultura e o seu contributo para a centralização de capital, em que a terra não cumpre a sua função social.

**1.6.9.** A uma necessária e imprescindível Reserva Estratégica de Água, como deve ser Alqueva, deve corresponder uma Reserva Estratégica de Terras que, assente na prioridade em produções agrícolas que diversifiquem a base económica, criem valor acrescentado, não adoptem uma lógica depredadora dos recursos naturais, favoreçam e dinamizem o relevante papel da agricultura familiar e reconheçam que sem trabalhadores agrícolas não pode haver agricultura.

**1.6.10.** A situação torna indispensável a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Zona de Influência de Alqueva, com o contributo



das entidades da região, quer na sua elaboração quer na sua aplicação, como o PCP defende e propõe, pelo menos, desde 2002.

## **2 – PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E PARA UMA VIDA MELHOR NA REGIÃO**

**2.1.** A perspectiva de desenvolvimento do distrito e a luta por uma vida melhor na região são indissociáveis da consideração como prioridade da diversificação e do reforço da base económica que esteja ancorada nas potencialidades e recursos locais e regionais, integrada numa política de âmbito nacional, que tenha como suporte uma adequada rede de infra-estruturas e de equipamentos de gestão pública, que disponha de medidas de apoio de carácter social, ao mesmo tempo que seja articulada com o robustecimento das instituições existentes com destaque para o poder local, incluindo a criação das regiões administrativas e o fomento da participação popular nas decisões.

**2.2.** As vastas potencialidades de que o distrito dispõe, demonstram que o seu desenvolvimento é do interesse não apenas dos trabalhadores e do povo da região, mas de todo o País. O seu pleno aproveitamento implica uma ruptura com a política de direita que PS, PSD e CDS têm aplicado e que, apesar de mudanças políticas verificadas, não encontrou ainda expressão prática, dada a opção do PS em se manter nas questões essenciais vinculado aos interesses do grande capital.

**2.3.** O PCP tem no país e na região um património ímpar de luta, propostas e intervenção, comprovando que há alternativa à dupla penalização de que a região tem vindo a ser vítima, reafirmando o seu empenho e determinação em continuar a luta pela sua concretização, procurando que as medidas sejam tomadas no tempo certo, evitando atrasos e prejuízos como tem acontecido em matérias em que só mais tarde é reconhecida a validade das propostas do PCP. As propostas que aqui apresentamos, na sua grande maioria, já tiveram expressão em documentos similares anteriores, mas a sua pertinência e actualidade impõem-nas como necessárias.

**2.4.** As propostas que o PCP apresenta quer no quadro das políticas necessárias quanto à base económica, quer no quadro das infra-estruturas e equipamentos, além do valor intrínseco que contêm, têm como elemento essencial e prévio a ruptura com as políticas de direita e a adopção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda baseada nos valores de Abril, que dê centralidade aos interesses dos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas. Impõe-se pôr termo a um modelo de “desenvolvimento” que ainda que assente no uso de infra-estruturas relevantes, se tem caracterizado pela precariedade, pela degradação das condições de trabalho, pela intensificação do uso da água e da terra, pelo aumento da exploração, conduzindo ao empobrecimento e à concentração e centralização de capital, de que o sector da agricultura é claro exemplo.

**2.5.** A política patriótica e de esquerda que defendemos para Portugal também tem de ter expressão prática na política a aplicar para a região, sendo que os seus principais traços são:

1. *Libertação do País da submissão ao Euro e das imposições e constrangimentos da União Europeia;*
2. *Renegociação da dívida pública, nos seus prazos juros e montantes;*
3. *Valorização do trabalho e dos trabalhadores, assente no pleno emprego, no aumento dos salários, na redução do horário de trabalho, na defesa do trabalho com direitos, no combate ao desemprego e à precariedade e em maiores reformas e pensões;*
4. *Defesa e promoção da produção nacional e dos sectores produtivos, com a planificação da atividade económica e o desenvolvimento de uma política em defesa da indústria transformadora e extractiva, da agricultura e das pescas, que coloque os recursos nacionais ao serviço do povo e do País e reduza os défices estruturais;*
5. *Garantia do controlo público da banca, recuperação para o sector público dos sectores básicos estratégicos da economia, afirmando um Sector Empresarial do Estado forte e dinâmico, apoio às micro, pequenas e médias empresas e ao sector cooperativo;*
6. *Garantia de uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País, valorizando o Serviço Nacional de Saúde como serviço público universal e gratuito, uma Escola Pública gratuita e de qualidade, um sistema de Segurança Social Público e Universal; um serviço público de cultura;*
7. *Defesa de uma política de justiça fiscal que alivie a carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores e do povo, combata os paraísos fiscais e rompa com o escandaloso favorecimento do grande capital;*
8. *Defesa do regime democrático e do cumprimento da Constituição da República Portuguesa.*

**2.6.** As propostas de acções concretas que apresentamos são inseparáveis, tal como já se referiu do robustecimento das instituições, sendo necessária que a nível regional se tomem medidas de estruturação e organização regional, que terão como aspectos incontornáveis: a criação e instituição da região administrativa do Alentejo, sem uma capital, com carácter polinucleado e baseada numa efectiva descentralização de meios e competências provindos da administração central; o reforço da capacidade de intervenção e de meios do Poder Local incluindo aqui os recursos financeiros e a remoção de constrangimentos à sua autonomia; e a reposição das freguesias extintas. Necessária também uma inversão na forma de aplicação dos fundos comunitários, sendo essencial aproveitar a reprogramação em curso do Alentejo 2020 e dos programas nacionais, para redefinir prioridades e reforçar os valores em causa; iniciar desde já com ampla participação a definição das orientações para o período de fundos subsequentes cuja aplicação deve ter por base as prioridades da região, e não as orientações provenientes da União Europeia, privilegiando a coesão em vez da competitividade. Em termos de fundos para o desenvolvimento rural e para as denominadas iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária também se impõe aplicar os mesmos princípios. A coesão territorial e social passa ainda pela concretização de políticas públicas de investimento e de reforço dos serviços públicos.

**2.7.** Reafirmamos que as propostas do PCP para o distrito de Beja assentam também num processo integrado de desenvolvimento que assegure o equilíbrio entre o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social, a defesa do meio ambiente e do património cultural, a ocupação humana do território e o bem-estar e qualidade de vida das populações e a sua participação política.

**2.8.** A indispensabilidade da diversificação da base económica, enquanto elemento estratégico da política de desenvolvimento, implica a consideração de prioridades que passam a nível da base produtiva:

- pelo sector agro-alimentar que tenha como elemento base a agricultura, mas que ao mesmo tempo integre a componente de transformação agro-industrial, gerando valor acrescentado ao que é produzido na região;
- pela actividade mineira, com recurso à transformação e assegurando a sua sustentabilidade;

e a nível de outras áreas:

- pela actividade turística e o sector turístico na sua relação com o território e as comunidades;
- pelo sector cooperativo e social no cumprimento do seu papel de satisfação das necessidades dos que mais precisam.

A consideração destas prioridades não desvaloriza, antes impõe, políticas de apoio a todos os sectores da atividade económica quer sejam de carácter tradicional ou emergente, assumindo-se que o contributo de todos é fundamental para o desenvolvimento da região.

**2.9.** As propostas aqui apresentadas têm por base uma continuada reflexão colectiva, um profundo estudo e conhecimento da realidade, uma clara opção de classe e de defesa intransigente dos interesses da região e do País e também uma permanente atitude de relacionamento com as mais diversas entidades, com quem mantemos um diálogo profícuo, criador de condições para a concretização de uma alternativa política que dê expressão à política alternativa patriótica e de esquerda. Por isso o PCP reafirma a sua disposição e disponibilidade para continuar a debater de forma aberta e responsável as suas ideias e propostas, certo de que é necessário aumentar o caudal de vontades e de determinação para a sua aplicação, afirmando a confiança na sua indispensabilidade e acreditando num futuro melhor para a região:

1) A valorização do trabalho e dos trabalhadores, é elemento crucial da política alternativa, e além das questões ligadas aos direitos e rendimentos, assenta na região: na definição e aplicação de uma estratégia de formação, qualificação e fixação de recursos humanos necessários à concretização da política de desenvolvimento para o distrito; na qualificação do ensino a todos os níveis assumindo a sua universalidade; na formação profissional inserida na estratégia de desenvolvimento regional, tendo esta em conta e contribuindo também para o seu aperfeiçoamento; na promoção da investigação e da inovação; na valorização do papel de todas as instituições que intervêm nesta área e nos seus profissionais; na defesa da escola pública e de um ensino de qualidade.

2) Levar a cabo uma política de ordenamento do território e do espaço (urbano e rural) em consonância com uma estratégia de desenvolvimento regional assente na coesão e na correcção das assimetrias, considerando a localização geográfica e o seu papel no interface com as regiões vizinhas quer de Portugal quer de Espanha, implicando a valorização dos diferentes centros urbanos, com destaque para as sedes de concelho, sem esquecer as restantes localidades, afirmando o papel destas como meio de garantir a coesão da estrutura urbana regional, sempre numa perspectiva de rede, disponibilizando

às populações numa lógica de proximidade, serviços e equipamentos na área da saúde, da segurança social, da segurança, dos correios, da educação, da cultura e do desporto. Indispensável também o reforço do papel da administração pública do Estado ampliando os serviços existentes, invertendo a tendência de abandono que se tem verificado.

3) Desenvolvimento de uma política agrícola que dê resposta às necessidades estratégicas de soberania agro-alimentar, de desenvolvimento rural e de equilíbrio demográfico da região. Uma política que não dispensa uma reforma agrária para a sua concretização e assente na diversificação da actividade agrícola, na defesa do montado, das fileiras da cortiça, dos recursos silvestres, das produções hortofrutícolas e das raças autóctones (bovinos, ovinos e suínos) e de outras actividades associadas ao mesmo. Dinamização do regadio, salvaguardando os aspectos patrimoniais e ambientais, a par da concretização de políticas para a agricultura de sequeiro, incluindo a valorização do modo de produção biológico nas suas diversas vertentes. Conclusão dos processos de electrificação rural e melhoria dos acessos às explorações, através de um programa de intervenção nos caminhos agrícolas e rurais. Relativamente à reforma agrária, ela deverá ter como fundamento o estabelecido na Constituição da República, de que “as terras serão entregues a pequenos agricultores, de preferência integrados em unidades de exploração familiar, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras formas de exploração pelos trabalhadores”. Alteração das regras de apoio à actividade agrícola que respeitem a ligação à produção e das regras das Organizações Comuns de Mercado, tudo numa perspectiva de valorização da agricultura familiar.

4) O grande potencial de recursos mineiros existentes, exige uma nova atitude que passe pela sua gestão pública, pela sua valorização na região, através da instalação das unidades industriais adequadas a uma primeira transformação que permita criar postos de trabalho e fixar na região valor acrescentado.

5) Potenciar, com rapidez, o Aeroporto de Beja como instrumento para a dinamização de um *cluster* associado à aeronáutica, dinamizador da actividade das empresas da região e do desenvolvimento do distrito, usando todas as suas valias, características e disponibilidades também no quadro do alargamento da oferta nacional, com a participação das instituições representativas da região. Um aeroporto com gestão pública e ao serviço das populações.

6) Articulação do sector energético com as potencialidades existentes, desde as abertas pela proximidade do porto de Sines e o alargamento da rede de distribuição de gás natural, até ao aumento da produção de energias renováveis, incluindo também o aspecto industrial como elemento relevante da estratégia regional de energia, que deve ser complementada com políticas de eficiência energética com a conseqüente redução dos custos com a energia (combustíveis e electricidade).

7) Aproveitamento das potencialidades dos recursos aquáticos nas suas diversas componentes e das actividades relacionadas com a pesca), com a valorização e potenciação de toda a sua fileira.

8) Criação de programas de apoios financeiros e incentivos fiscais ao investimento produtivo com prioridade para os micro, pequenos e médios

empresários e agricultores e melhoria do seu acesso aos diversos serviços da administração, incluindo alteração nas regras das compras públicas que privilegiem os mercados locais.

9) Incentivo à existência de uma oferta turística de qualidade enquanto componente da economia regional, criando riqueza e emprego qualificado, com direitos e devidamente remunerado, no respeito pela nossa identidade cultural e pelos valores patrimoniais e ambientais que caracterizam a região e a tornam num destino único no panorama nacional, preservando o ambiente, a cultura e identidade, e intrinsecamente ligada a outros sectores da actividade económica.

10) Uma política de mobilidade que combine as suas diferentes formas, através da construção e melhoria das principais acessibilidades do distrito – IP8, em perfil de auto-estrada entre Sines e Ficalho e sem portagens, sendo indispensável a abertura imediata do troço já efectuado, IP2, IC27 e IC4. Ligação Beja-Aljustrel-Odemira em perfil de IC. Ligação Portel (IP2)-Moura-Ficalho (IP8). Requalificação da ligação Moura-Barrancos, por Amareleja. Requalificação das ligações Cuba-IP8. Elaborar programa de construção de variantes, com prioridade para Aljustrel e Moura. Reparação e requalificação da rede de estradas nacionais e respectivas obras de arte (pontes e pontões). Modernização da rede ferroviária articulada com outros investimentos na região e no país, incluindo a electrificação da linha entre Beja e Casa Branca, numa primeira fase, e a requalificação entre Beja e Funcheira, numa segunda fase, repondo a ligação directa ao Algarve, assegurando também a manutenção das plataformas ferroviárias existentes na região. Modernização das composições em operação e qualificação da oferta, assegurando um adequado serviço de transportes públicos ferroviários. Articulação entre os diversos modos de transporte, incluindo a ligação ao Aeroporto de Beja.

11) Salvaguarda da gestão pública da água e realização dos investimentos previstos no sector do abastecimento de água e do saneamento. Diversificação das fontes de abastecimento de água e garantia de acesso das autarquias a fundos comunitários para investimentos na rede em baixa, como medida de melhoria dos serviços e de eficiência hídrica. Combate à privatização das águas, do saneamento e dos resíduos e valorização deste sector.

12) A realidade veio demonstrar que se torna cada vez mais premente uma política de gestão de recursos hídricos que assuma um carácter integrado, que valorize as infraestruturas numa lógica de fins múltiplos, aplicando o conceito de rede hidráulica, como fonte de armazenamento para resposta às necessidades, não se limite a assumir uma visão sectorial e tenha em conta a sua ligação com a base económica enquanto contributo para a ocupação do território e combate à desertificação, a defesa da gestão pública da água, da autonomia das autarquias locais e da acessibilidade económica dos consumidores como três aspectos indissociáveis, uma outra consideração sobre o preço da água em alta, devendo o Estado assumir a sua gestão, aplicando uma política tarifária que proceda à discriminação positiva da pequena agricultura, garantindo a acessibilidade económica a par da acessibilidade física. Persiste ainda por resolver a existência de medidas de compensação para fazer face às situações de seca.

13) Adopção de medidas e políticas de valorização ambiental na qual se incluem o desassoreamento do rio Guadiana, de forma a garantir a sua navegabilidade e aumentar o seu potencial aproveitamento económico. Valorização das linhas de água, bem como das áreas da Rede Natura e dos Parques Naturais, cuja gestão se deve manter no domínio público, potenciando o seu contributo para o desenvolvimento regional, nomeadamente através do estabelecimento de Planos de gestão que compatibilizem a proteção dos valores ambientais e a atividade humana nos territórios.

14) Valorização da cultura e do desporto enquanto instrumentos de desenvolvimento pessoal e humano e valorização da função social dos criadores e trabalhadores destas áreas e das suas estruturas e enquanto factores de formação cívica. Acesso generalizado das populações à fruição e produção dos bens e das actividades culturais, numa óptica de democratização cultural. Salvaguarda e valorização do património cultural do distrito, material e imaterial, tradicional ou actual, enquanto criação colectiva e bem público e como forma de salvaguarda e reforço da identidade. Combate à tendência de desresponsabilização do poder central no que respeita à preservação e valorização da cultura e do património cultural. Defesa de políticas de promoção e alargamento da prática desportiva, enquanto vector de sociabilização, de desenvolvimento pessoal e de saúde e bem-estar.

15) Manutenção e alargamento de valências e serviços nas unidades da ULSBA e no Hospital José Joaquim Fernandes, de Beja, incluindo o aumento do seu actual espaço físico com a construção da 2.<sup>a</sup> fase do Hospital, aquisição de equipamento de Ressonância Magnética Nuclear e a renovação dos Serviços de Imagiologia. Retoma da gestão pública do Hospital de S. Paulo em Serpa e qualificação das suas instalações e valências. A nível dos Centros de Saúde, requalificação das instalações existentes e construção de novos equipamentos onde se torne necessário. Melhoria dos serviços de saúde em todos os concelhos no quadro do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, dando prioridade ao reforço dos cuidados de saúde primários, entendendo os serviços de saúde como serviços polivalentes de proximidade, cuja retaguarda tem de estar salvaguardada com os serviços especializados necessários para dar resposta às necessidades das populações da região, que na região devem ser satisfeitas, o que implica também resolver as carências em profissionais de saúde, através da sua contratação e do descongelamento de carreiras.

16) Existência de uma rede de serviços na área social que preste apoio integrado e complementar que satisfaça as necessidades das diversas camadas sociais, expresso através da ajuda à criação ou alargamento dos serviços de apoio a idosos, nomeadamente, lares, centros de dia e apoio domiciliário, que respondam às necessidades existentes e não a meros indicadores ou rácios que não têm em conta as especificidades geográficas e demográficas do distrito. Existência de serviços de apoio social de acompanhamento na infância e juventude, com períodos de funcionamento e horários adequados às necessidades das famílias. Garantir a articulação entre os serviços de apoio social e os serviços de saúde, reforçando a rede de cuidados continuados alargada também à saúde mental, garantindo a complementaridade das respostas sem desresponsabilização de cada um dos sectores.

17) Apoio e estímulo ao sector cooperativo e social (cooperativas, IPSS, Misericórdias, instituições mutualistas, associações de desenvolvimento local) e também às associações de bombeiros e ao movimento associativo popular, enquanto elementos estruturadores da participação dos interessados na resolução dos seus problemas, respeitando a sua diversidade e autonomia.

18) Adopção de medidas que promovam a fixação de jovens na região, garantindo a estabilidade no emprego e a dignificação dos salários, o apoio ao acesso à habitação.

19) Promoção da igualdade de direitos e oportunidades, combatendo a discriminação de género no acesso ao emprego, à saúde, à cultura, ao desporto e à justiça. Um correcto tratamento dos imigrantes, promovendo a sua integração e valorizando o seu contributo enquanto trabalhadores no respeito pelos seus direitos laborais, cívicos, sociais e culturais. Uma atenção adequada aos problemas específicos das minorias étnicas, numa perspectiva da salvaguarda da igualdade de direitos e de deveres.

20) Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Área de Influência de Alqueva, como o PCP há muito defende, cuja justeza e necessidade têm vindo a ser demonstradas pela realidade. Uma estratégia desenvolvida em estreita colaboração com as instituições representativas da região, que integrariam também uma estrutura de acompanhamento do referido plano:

a. Uma estratégia que coloque o desenvolvimento e o aumento produtivo ao serviço do desenvolvimento e das populações.

b. Que permita um desenvolvimento que se faça com total respeito pelas populações, pelo ambiente e os ecossistemas, pelo património, pela valorização do trabalho, pelas relações laborais, pelo emprego com direitos;

c. Que aposte nas culturas com carácter de fileira, fomentando instalação da agro-indústria necessária à máxima transformação das matérias primas na região, como forma de criação de emprego e de deixar o maior valor acrescentado na região;

d. Que promova a diversificação cultural, nomeadamente através de instrumentos próprios, que permita robustecer a atividade produtiva e agro-industrial;

e. Que garanta o acesso aos fatores de produção, nomeadamente dos pequenos e médios agricultores, das quais se destacam:

i. O acesso à terra por parte de jovens agricultores, de trabalhadores e de pequenos agricultores com terra insuficiente ou sem terra, e, ainda, de cooperativas de trabalhadores rurais, através de um banco de terras do estado;

ii. O preço da água adequado às necessidades da actividade agrícola e as condições de produção;

iii. Uma política energética adequada, designadamente a revisão em baixa das tarifas eléctricas;

f. Desenvolver, através de um papel determinante do Estado e dos organismos públicos, políticas de investigação, experimentação e extensão rural em estreita cooperação com as instituições existentes na região, os agricultores e respectivas associações.

### **3 – AS LUTAS DOS TRABALHADORES E DAS POPULAÇÕES**

#### **3.1. Movimento sindical**

**3.1.1.** Assente nos princípios fundadores da CGTP, o movimento sindical – democrático, independente, unitário e solidário, um movimento de massas e de classe – possui na região prestígio e influência, continuando a ser uma importante e destacada voz em defesa dos trabalhadores, dos seus direitos e salários, do emprego e da produção.

**3.1.2.** O movimento sindical unitário no distrito de Beja é reconhecido pela justeza das causas que defende, pelo seu compromisso de classe e pelo empenho na luta em defesa dos direitos e aspirações trabalhadores. Existem, contudo, níveis de sindicalização diferenciados entre sectores e estruturas, provando que os trabalhadores valorizam este movimento sindical mas também desafiando para ir mais além e alargar a presença dos sindicatos nos locais de trabalho e na mobilização dos trabalhadores.

**3.1.3.** A política de direita posta em prática pelos governos do PS, PSD e CDS nos últimos anos significou uma grande ofensiva contra os trabalhadores e as suas condições de vida, de ataque e desvalorização do trabalho e do seu papel no desenvolvimento da sociedade. Uma campanha suportada por uma ofensiva ideológica brutal que identificava os direitos laborais e sociais dos trabalhadores com interesses corporativos e justificava a liquidação de direitos e a extorsão de rendimentos do trabalho com argumentos falaciosos como a necessidade de uma maior “competitividade” da economia nacional ou os trabalhadores alegadamente viverem “acima das possibilidades” do País.

**3.1.4.** Nas últimas duas décadas foram impostas nas relações laborais alterações legislativas e medidas que favoreceram uma estratégia bem definida pelo grande capital visando a redução de direitos aos trabalhadores, substituindo trabalhadores com direitos por trabalhadores sem direitos, aumentando a precariedade e os baixos salários, desvalorizando o trabalho.

**3.1.5.** O desenvolvimento da acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho, esclarecendo, organizando e mobilizando os trabalhadores para a luta em defesa dos seus interesses de classe, permitiu a resistência à ofensiva e promoveu avanços. Como a vida e a experiência largamente comprovam, a luta nos locais de trabalho não se esgota nos objectivos imediatos e a unidade dos trabalhadores nos locais de trabalho faz-se também da convergência na luta mais geral, integrada num amplo movimento de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores.



**3.1.6.** Foi com a luta dos trabalhadores organizados nos seus sindicatos de classe e a determinação do povo português que foi possível travar a ofensiva e derrotar o governo PSD-CDS e iniciar um processo de recuperação de direitos, rendimentos e condições de vida dos trabalhadores e do povo, apesar das pressões e das chantagens das forças do grande capital e seus aliados, e das muitas resistências também do governo do PS.

**3.1.7.** Para reforço do movimento unitário sindical, importa continuar a trabalhar nas várias frentes – dar maior prioridade a questões como a organização e reestruturação administrativa e financeira, a dinamização de serviços comuns, a adaptação da descentralização sindical às novas realidades.

**3.1.8.** A União dos Sindicatos do Distrito de Beja (USDB), estrutura da CGTP-IN, representa 22 associações sindicais com delegações distritais, com dirigentes oriundos dos 12 principais sectores da actividade regional, e tem desempenhado um papel relevante na defesa dos interesses dos trabalhadores e no desenvolvimento da região e do País.

**3.1.9.** De entre os vários sindicatos que constituem a USDB, existem sindicatos de âmbito nacional e regional com delegação em Beja, e de âmbito nacional com sede em Aljustrel, com as suas dinâmicas, dificuldades, implementação e dimensão próprias de um distrito que tem as suas particularidades e características próprias do interior, onde o despovoamento, as grandes distâncias e o desemprego são uma realidade bem sentida, o que exige uma intervenção sindical muito persistente e próxima dos trabalhadores.

**3.1.10.** A presença e o envolvimento dos comunistas no movimento sindical unitário no distrito, como dirigentes, delegados sindicais ou activistas, é fundamental na ligação às massas trabalhadoras, na melhor compreensão dos seus problemas e aspirações, na apreensão e aprendizagem da experiência colectiva e na intervenção e transformação da realidade objectiva e das consciências dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho o centro da sua acção. Quando bem integrados nas massas trabalhadoras, os comunistas ficam em melhores condições de intervir no quadro unitário e assim garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores e reforçar a unidade e a luta.

**3.1.11.** O trabalho unitário e o desenvolvimento da acção sindical no quadro do respeito da democracia e autonomia das estruturas sindicais são, para os comunistas que intervêm no movimento sindical, um importante aspecto da orientação do Partido, que se articula com a responsabilidade que cada um tem na realização da intervenção constante e concreta no reforço do Partido. Para se atingir tal objectivo, é importante melhorar o funcionamento dos organismos no plano do aprofundamento do conteúdo político e ideológico, dos aspectos específicos dos sectores e da actividade geral do Partido.

**3.1.12.** Desde a 8.<sup>a</sup> AORBE, numa realidade fortemente marcada pelas políticas de exploração e empobrecimento impostas pelo governo *troikista* e aliados, ainda que com situações de dificuldade de organização diferenciadas e necessidades de reforço da actividade sindical as estruturas sindicais continuaram interventivas no distrito de Beja, no sector público e no sector privado, em particular na administração local, no sector da enfermagem, dos

professores, no sector mineiro, na administração pública em geral, e também nas grandes superfícies comerciais e no sector agrícola.

**3.1.13.** O movimento sindical, no quadro do respeito pela sua autonomia e carácter unitário, deverá dar especial atenção à intervenção, a partir de cada sindicato, aos problemas concretos da juventude trabalhadora, dinamizando e constituindo comissões de jovens nos sindicatos, reforçando a Inter-Jovem. Importa também promover a acção das comissões para os direitos dos reformados a partir de cada sindicato, dinamizando a Inter-Reformados. Os comunistas devem continuar a ouvir e discutir com os trabalhadores e quadros sindicais não membros do Partido, respeitar as suas opiniões, inserir na análise própria do Partido os seus elementos positivos, aproveitando para desmistificar preconceitos e alargar o conhecimento e o poder de atracção das ideias, das propostas e do projeto do Partido.

**3.1.14.** É fulcral que, na organização regional do Partido, os comunistas continuem a participar, ombro a ombro com outros trabalhadores, na primeira linha da mobilização das massas para ações de luta por melhores condições de vida e de trabalho, para o reforço da organização sindical através da sindicalização e da eleição de dirigentes e delegados sindicais, para a afirmação da liberdade de organização e ação sindical que o patronato e os seus governos querem condicionar e liquidar.

## **3.2. O associativismo popular**

**3.2.1.** No distrito de Beja estão registadas mais de um milhar de colectividades de cultura, desporto e recreio, que mobilizam milhares de pessoas e desenvolvem uma acção meritória, insubstituível, na promoção e difusão cultural, na prática desportiva, na organização de actividades de lazer.

**3.2.2.** Apesar de muitas vezes os apoios por parte do poder central ou das autarquias serem escassos ou mesmo inexistentes, essas colectividades (associações, sociedades, centros, grupos corais, filarmónicas, bandas, clubes, etc.) conseguem levar a cabo e dinamizar as mais diversas iniciativas graças ao esforço e à dedicação dos seus dirigentes, colaboradores e associados.

**3.2.3.** É de realçar a atividade desenvolvida diariamente nas sedes das colectividades, desde o convívio às acções culturais e à prática desportiva. O movimento associativo popular exerce um papel importante na fixação das populações à sua terra e é um travão ao abandono completo do interior rural.

**3.2.4.** A presença de comunistas no movimento associativo é fundamental para o aumento da influência do Partido na vida local e para a garantia das suas características democráticas, unitárias e populares, contribuindo para a defesa dos interesses mais gerais das populações.

**3.2.5.** Também no distrito de Beja, o movimento associativo atravessou uma fase de grandes dificuldades, ainda não ultrapassadas, quer porque com a crise económica e social dos anos da *troika* os apoios centrais e locais diminuíram substancialmente, quer porque a disponibilidade financeira dos associados nesta conjuntura foi muito menor.

**3.2.6.** Registam-se no movimento associativo transformações que têm a ver com a mudança de hábitos de vida e com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação. Há também algum desapego instalado, com uma menor participação dos associados na vida das colectividades, criando dificuldades na rotatividade dos membros dos corpos sociais e no cumprimento do princípio estatutário das eleições regulares e da prestação de contas à massa associativa.

**3.2.7.** Tal como no passado, o movimento associativo popular deve desempenhar um papel importante na defesa dos interesses das populações, na sua formação democrática, na sua organização em defesa dos interesses colectivos, no combate ao individualismo e na formação cívica, pelo que as organizações do partido no distrito devem dar especial atenção ao associativismo.

**3.2.8.** Participar na vida das colectividades; fazer o levantamento da situação actual do associativismo em cada freguesia e concelho; inventariar os comunistas que são sócios das colectividades e os que participam em órgão sociais; identificar as colectividades que devem promover processos eleitorais e organizar listas unitárias; contribuir para a consolidação de uma estrutura federativa distrital, que dê mais força à organização associativa no distrito de Beja; sensibilizar o movimento associativo distrital para a importância do reforço do movimento associativo nacional – eis algumas das tarefas actuais dos comunistas tendo em vista o fortalecimento do movimento associativo popular no distrito de Beja.

### **3.3. Lutas das populações**

**3.3.1.** No distrito de Beja, como em todo o País, os comunistas participam em todas as lutas justas, as grandes e as pequenas, em defesa dos interesses e das aspirações dos trabalhadores e do povo.

**3.3.2.** Com as populações, por vezes numa freguesia ou num concelho, outras vezes a nível regional ou nacional, participando em concentrações populares ou dinamizando abaixo-assinados, os comunistas empenharam-se, lado a lado com outros democratas, na exigência de melhores serviços públicos e de mais investimentos públicos (na saúde e no ensino, na cultura – já em 2016 se exigia “1% para a Cultura” –, nos correios), na reivindicação de melhores transportes e comunicações (comboios e estradas), na defesa da gestão pública da água, no apoio aos combates dos estudantes (melhores condições nos refeitórios, obras nas escolas) e dos jovens, dos reformados, das mulheres e de outros sectores e camadas sociais pela concretização dos seus direitos e resolução dos seus problemas específicos, na defesa do poder local democrático (reposição de freguesias liquidadas em 2013), nas manifestações pela reposição de rendimentos dos trabalhadores da função pública ou pela integração dos precários no Estado.

**3.3.3.** Em Novembro de 2014, em resultado de uma candidatura que envolveu um vasto e diversificado número de entidades concelhias, regionais e nacionais, a UNESCO reconheceu o cante alentejano como Património Cultural

Imaterial da Humanidade, motivo de orgulho para o povo português. A candidatura, lançada em 2012 pela Câmara Municipal de Serpa, que a dinamizou, mobilizando e nela envolvendo numerosas entidades – desde grupos corais até municípios e freguesias, passando por musicólogos, cineastas e outros especialistas – contou com o permanente apoio por parte dos comunistas nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, tendo o PCP contribuído de outras formas para o êxito da iniciativa (por exemplo, dando grande visibilidade ao cante alentejano – com um desfile de grupos corais, uma exposição e uma sessão evocativa – na 36.<sup>a</sup> edição da Festa do *Avante!*, em 2012; propondo o apoio da Comissão Europeia à divulgação da candidatura, em 2013; e colocando o cante na agenda do Parlamento Europeu, ao organizar uma actuação nas suas instalações, em Bruxelas, do Grupo Coral e Etnográfico de Vila Nova de São Bento).

**3.3.4.** Também a decisão da UNESCO de Junho de 2017, aprovando a integração de Castro Verde na Rede Mundial de Reservas da Biosfera, confirmou a pertinência da candidatura apresentada e subscrita por várias entidades, com destaque para a Câmara Municipal de Castro Verde, e, sobretudo o resultado do trabalho que foi desenvolvido no concelho, em matéria de gestão do território e da compatibilização dos valores naturais com o uso humano. O trabalho dos eleitos da CDU neste processo, foi decisivo, pelas responsabilidades detidas em matéria de ordenamento do território, pela capacidade de iniciativa demonstrada e pelo empenho demonstrado na articulação com outras entidades com intervenção no espaço rural.

**3.3.5.** Muitas das lutas travadas pelas populações foram articuladas com o trabalho do deputado do PCP eleito pelo círculo eleitoral de Beja. Um trabalho assente nas inúmeras visitas, encontros, sessões, reuniões, o qual permitiu levar à Assembleia da República assuntos como o encerramento de postos e estações dos Correios; a situação dos postos da GNR e da falta de efectivos; os direitos de rendeiros do Estado no acesso à terra; a privatização do hospital de Serpa; resolução dos problemas do IPBeja; a exigência de reposição de freguesias; a requalificação de escolas e as carências de pessoal nas escolas; a falta de profissionais e de investimento nos serviços de saúde; a defesa dos direitos dos trabalhadores, com destaque para o acompanhamento das lutas no sector mineiro; o modelo económico de exploração laboral e concentração da riqueza e da terra associado ao regadio. Um trabalho que permitiu também propor na Assembleia da República soluções para problemas e necessidades do distrito, como a entrada em funcionamento do Departamento de Psiquiatria da ULSBA; a criação de um plano imediato de intervenção económica e social para o Alentejo; a reposição de freguesias; a ligação internacional Pomarão-El Granada; a reversão do hospital de Serpa para o Ministério da Saúde; a criação dos planos de gestão da Rede Natura para permitir compatibilizar preservação da natureza com atividade económica; a promoção da produção leiteira de ovinos e caprinos; as acessibilidades rodoviárias, as ligações ferroviárias, a dinamização do Aeroporto de Beja. Sublinhe-se ainda a realização, em 2016 e 2018, em Beja, de iniciativas de afirmação das propostas do PCP para o desenvolvimento da região. O trabalho parlamentar não dispensou nunca a prestação de contas, que foi ocorrendo nas sessões públicas e nas iniciativas do Partido mas também nas conferências de imprensa de balanço de cada sessão legislativa e sobre os Orçamentos do

Estado. A partir do trabalho institucional do PCP, existem hoje resoluções da Assembleia da República sobre acessibilidades e actividade económica que são importantes instrumentos de pressão sobre o governo.

### **3.4. A juventude**

**3.4.1.** Nas mais variadas esferas da vida, da educação ao trabalho, do acesso à cultura à prática desportiva, a juventude do distrito de Beja sofre as consequências de décadas de política de direita.

**3.4.2.** No acesso à educação, mantém-se a lógica de transferência da responsabilidade de financiamento do ensino do Estado para as famílias e os estudantes, sendo evidente o subfinanciamento e a consequente elitização do sistema público.

**3.4.3.** São de assinalar a falta de condições materiais e de recursos humanos, como são os casos das Escolas Secundárias de Castro Verde e de Serpa, com necessidade urgente de obras, ou a falta de aquecimento e turmas sobrelotadas como acontece no Liceu Diogo de Gouveia, em Beja, onde os estudantes têm desenvolvido acções de protesto e reivindicação.

**3.4.4.** Acentua-se a via de profissionalização do ensino e a sua divisão, mantendo-se uma política que aprofunda o sistema dual, que é dirigido aos filhos dos trabalhadores. Estima-se que, com a oferta de cursos profissionais nas escolas secundárias e nas escolas profissionais, cerca de 60% dos estudantes hoje sigam esta via de ensino.

**3.4.5.** A estabilidade da vida da juventude é também ameaçada pelo desemprego e precariedade a que estão sujeitos, factores que contribuem para o aumento da exploração e o seu empobrecimento.

**3.4.6.** Esta realidade cria dificuldades particulares no que diz respeito à organização dos jovens e ao seu envolvimento na luta, continuando ainda sujeitos à emigração forçada e não se vendo criadas as condições para regressarem ao País os muitos jovens que nos anos do governo PSD/CDS se viram obrigados a procurar trabalho no estrangeiro. Embora prejudicada por estas condições de precariedade, a juventude da região participa nos mais variados processos de luta nos locais de trabalho.

**3.4.7.** Este plano de retirada de direitos nas camadas jovens da população é ainda desenvolvido com o recurso a estágios, tanto no mundo do trabalho como no ensino, que garantem mão-de-obra barata ou mesmo gratuita. Promovem-se as ideias de “criação do próprio emprego”, a partir de programas e apoios ao “empreendedorismo”, a par de outras fugas e ocupações que atrasam a tomada de consciência como a promoção do chamado “voluntariado” ou a ideia de que não existe “emprego para a vida” e que a precariedade é uma oportunidade ou uma condição inerente e natural desta fase da vida dos jovens.

### **3.5. Trabalho político unitário**

**3.5.1.** O trabalho político unitário é fundamental para a ligação do Partido às populações e às suas aspirações. Assenta na disponibilidade e possibilidade de os comunistas trabalharem com outros democratas na prossecução de objectivos comuns, tendo por base uma ampla convergência unitária. Tal como deve contribuir para o aumento da influência do Partido, nomeadamente, o desenvolvimento e o progresso da região, numa perspetiva patriótica e de esquerda, como o PCP a define.

**3.5.2.** É com unidade democrática e com acção colectiva em torno de objectivos comuns que se têm formado as comissões e os movimentos de utentes, em que os militantes comunistas incorporam a sua opinião e o seu trabalho, com o propósito de defender e reivindicar o bem comum e os direitos consagrados nas leis e na Constituição de Abril. Estes movimentos no distrito de Beja têm contribuído para a unidade na acção e a luta em defesa dos serviços públicos, do Serviço Nacional de Saúde, da escola pública, da ferrovia, do aeroporto, da cultura do património, etc.

**3.5.3.** Nos municípios e freguesias, em articulação com a estrutura orgânica do Partido, tendo como enquadramento o projecto autárquico da CDU, a intervenção dos eleitos dá conteúdo na prática, ao lema que desde sempre tem caracterizado a actuação dos comunistas – Trabalho, Honestidade e Competência –, concretizando uma obra notável e uma atividade diversificada em resposta às necessidades das populações e promovendo o desenvolvimento local. Intervenção que importa valorizar, ainda mais num contexto marcado por inúmeros constrangimentos e por uma ofensiva sem precedentes contra o poder local democrático, tendo como aspecto principal o garrote financeiro e regulamentar.

**3.5.4.** É também importante o trabalho que os militantes comunistas desenvolvem ao nível do movimento sindical unitário, onde, conjuntamente com outros trabalhadores, participam em listas de unidade e convergem na defesa dos seus direitos, por melhores condições de trabalho, por melhores salários, por condições dignas de trabalho. O movimento sindical unitário é também um espaço de consciencialização de classe e de formação de quadros com uma perspetiva revolucionária de transformação da sociedade, na luta para a construção de uma sociedade sem classes.

**3.5.5.** Assume igualmente importância relevante a participação dos comunistas nos movimentos unitários de reformados, como o MURPI, na luta por reformas dignas e por uma velhice com direitos, em especial no acesso a cuidados de saúde, e com qualidade de vida.

**3.5.6.** A presença de militantes comunistas em movimentos em defesa da Paz, nomeadamente no Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC), tem permitido que no distrito de Beja as populações participem em ações de esclarecimento, de recolha de assinaturas solidárias ou de distribuição de documentos, sobre os mais diversos problemas internacionais: a luta pelo fim das armas nucleares, a luta pelo fim da NATO, a luta contra as ingerências do

imperialismo na vida interna de outros países, a defesa da Paz, da amizade e da cooperação entre os povos.

**3.5.7.** São muitos os espaços de intervenção unitária no distrito de Beja em que os militantes comunistas podem e devem participar. É preciso definir prioridades, tendo em conta as disponibilidades de cada um e quais os movimentos que pelos seus objectivos devem merecer maior atenção. Além dos já referidos, o Partido deve procurar dinamizar o trabalho da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), de modo a que as gerações actuais conheçam o que foi a luta antifascista e pela liberdade travada pelos comunistas e outros democratas.

### **3.6. Participação institucional**

**3.6.1.** Das várias áreas de intervenção do Partido, a institucional, em articulação com a luta de massas, constitui por um lado um elemento imprescindível de combate às políticas de direita levadas a cabo pelos sucessivos governos e, por outro lado, um espaço de afirmação de propostas para resolução dos problemas da região e do País.

**3.6.2.** Quanto a propostas para a resolução dos problemas do distrito de Beja, tem sido importante a intervenção institucional do deputado eleito por Beja, na Assembleia da República, no âmbito do Grupo Parlamentar do PCP. No plano autárquico, o trabalho institucional dos comunistas desenvolve-se nos municípios e nas freguesias e nas diferentes estruturas supramunicipais. Além do parlamento e das autarquias, o PCP, em defesa dos trabalhadores e do povo, leva a sua voz, a sua crítica, a sua proposta, a todas as instâncias institucionais em que está representado.

### **3.7. Batalhas eleitorais**

**3.7.1.** No período decorrido entre a 8.<sup>a</sup> e a 9.<sup>a</sup> Assembleia de Organização realizaram-se eleições para a Assembleia de República, em 2015, para as Presidenciais em 2016 e finalmente para as autarquias locais em 2017.

**3.7.2.** Nas eleições legislativas, embora como uma ligeira redução em termos absolutos e percentuais, a CDU manteve-se como a segunda força política no distrito dando um contributo significativo para a derrota da política de direita do governo PSD/CDS.

**3.7.3.** No plano nacional o resultado da CDU – traduzido em mais votos, maior expressão eleitoral e mais deputados – constitui um novo e importante passo no progressivo avanço eleitoral verificado nas quatro últimas eleições legislativas, confirmando o crescente apoio e confiança dos trabalhadores e do povo à CDU. Um resultado que é o mais expressivo obtido pela CDU desde 1999, traduzido na eleição de 17 deputados e numa expressão eleitoral de 8,27%.

**3.7.4.** Este resultado, ainda que não traduzindo integralmente a corrente de apoio sentida nas lutas dos últimos anos, é inseparável do percurso de intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da

coerência das posições e ação da CDU, e dos valores de trabalho, honestidade e competência que lhe são reconhecidos.

**3.7.5.** Nas eleições para a Presidência da República, um acto eleitoral com características muito próprias, os resultados vieram confirmar que a margem de votos que permitiu Marcelo Rebelo de Sousa ser eleito à primeira volta, comprovou a real possibilidade, que o PCP sempre afirmou, de impedir tal desenlace, se todos se tivessem verdadeiramente envolvido nesse objectivo. Neste acto eleitoral, o objectivo de derrotar o candidato da direita foi entendido por muitos democratas e patriotas como uma expressão do seu voto em Sampaio da Nóvoa na primeira volta, antecipando aquilo que apenas se colocaria na segunda volta, afectando assim o resultado da candidatura que Edgar Silva protagonizou por iniciativa do PCP.

**3.7.6.** Nas eleições autárquicas realizadas em Outubro de 2017, os resultados no distrito de Beja ficaram muito aquém dos objectivos traçados, que se traduziam por reforçar eleitoralmente a CDU. Resultados que contrastam com a vasta obra realizada e que constituem sobretudo uma perda para as populações, para o serviço público, para os direitos dos trabalhadores das autarquias, para a defesa do ambiente, da gestão pública da água, da cultura e para a participação democrática. Resultados que não são indissociáveis de uma campanha marcada por um quadro de hostilização, de mentira e de desvalorização da obra e trabalho da CDU, de utilização do aparelho de Estado por parte do PS e do seu Governo, ocultando posicionamentos contrários aos interesses da região e da sua população de que é exemplo o caso do voto contra a reposição das freguesias. Resultados que tiveram impactos de dimensão vária em diversos órgãos de dimensão plurimunicipal e regional. Resultados que não deslustram a força e influência do PCP e da CDU no distrito, onde conta com centenas de eleitos nos diversos órgãos autárquicos. Resultados que sendo influenciados por factores de âmbito nacional e local, devem ser analisados numa perspectiva de recuperação de posições, de melhoria do trabalho quer seja em maioria quer seja em minoria, e de superação das insuficiências registadas.

**3.7.7.** O resultado das eleições autárquicas não reduz a determinação do PCP de continuar a intervir para responder aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo. Nos 4 municípios e nas 25 freguesias em que a CDU alcançou a maioria e reforçou posições, assim como em todos os outros concelhos e freguesias onde eleitos da CDU marcam presença, o PCP reafirma que a presença e atividade desses eleitos será uma garantia segura de intervenção dedicada para dar resposta às suas aspirações.

**3.7.8.** A nível nacional os resultados das eleições para as Autarquias Locais confirmaram a CDU como a grande força de esquerda no Poder Local, ao assegurar uma presença em todo o território.

**3.7.9.** Embora em qualquer destes actos eleitorais a CDU tenha desenvolvido uma notável campanha de esclarecimento e mobilização, fazendo crescer uma sólida confiança de que é possível uma vida melhor e mais digna, confiança que se projecta para além das eleições, é notória e motivo de uma continuada análise o facto do apoio social e político manifestado por vastos sectores da



população ao projeto do PCP e da CDU não ser acompanhado do apoio eleitoral. Importa assim articular de forma mais efetiva e empenhada a participação nas batalhas eleitorais e a acção institucional com a luta de massas e a actividade regular do Partido.

**3.7.10.** No período entre a 9.<sup>a</sup> e a 10.<sup>a</sup> AORB, perspectiva-se a realização de eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República, em 2019, e para a Presidência da República e Autarquias Locais, em 2021.

**3.7.11.** O PCP encara a participação nestes actos eleitorais como importantes momentos de combate às políticas de direita, de reforço da influência eleitoral e de afirmação de propostas que vão ao encontro dos interesses, direitos e aspirações dos trabalhadores e de sectores mais vastos da população, abrindo caminho a uma efectiva alternativa patriótica e de esquerda.

## **4 – REFORÇAR O PARTIDO E SUA INFLUÊNCIA POLÍTICA**

O PCP assume os seus objectivos e projecto com confiança nas suas forças, na classe operária, nos trabalhadores e no povo, num quadro em que o futuro se apresenta com perigos e potencialidades. Alvo de ataque sistemático, calúnia, discriminação, silenciamento, o PCP assume a sua identidade comunista, o seu projecto de transformação da sociedade. O Partido conta com a sua força e capacidade de intervenção, resiste aos ataques, cumpre o seu papel, mas, registando insuficiências, precisa de ser mais forte e mais influente para as batalhas políticas actuais e para o futuro.

A concretização dos objectivos e do papel do PCP, que pela sua identidade e intervenção é alvo do ataque do capital, coloca a necessidade de uma organização e princípios de funcionamento próprios decorrentes do desenvolvimento criativo do centralismo democrático que, baseados numa profunda democracia interna, numa única direcção central e numa única orientação geral, garantem a participação, unidade e capacidade de intervenção. Os princípios de funcionamento do Partido são uma componente da identidade comunista e base essencial da sua força que é indispensável reafirmar, valorizar e assegurar na prática, para um PCP mais forte e mais influente.

O XX Congresso apontou orientações e prioridades para o reforço do Partido, que são colocadas para o tempo presente para responder às exigências imediatas que se colocam, articulando sempre a intervenção com o reforço da organização, e simultaneamente tendo em vista as exigências futuras. Trabalhar para um Partido Comunista Português mais forte e mais influente é uma exigência que se coloca aos comunistas e é também uma necessidade para os trabalhadores e o povo portugueses.

O trabalho de reforço do Partido, com as tarefas e medidas indispensáveis para o fortalecimento e construção de organizações do Partido, tem de ser concebido em articulação com uma forte ligação às massas e uma intensa actividade política. Um trabalho de reforço da organização, de intensificação e alargamento da luta de massas, que associa os objectivos imediatos, a insistência em levar tão longe quanto possível a defesa, reposição e conquista

de direitos, a luta por uma política patriótica e de esquerda, a afirmação do projecto do Partido e a concretização do seu Programa.

#### **4.1. Intervenção e iniciativa política**

**4.1.1.** Os cerca de três anos e meio decorridos entre assembleias foram marcados por uma exigente e intensa iniciativa e acção partidária, caracterizada pelo desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das populações contra a ofensiva do Governo PSD/CDS-PP, agravada pelo pacto de agressão, assinado também pelo PS, com a *troika* – FMI/UE/BCE –, e pela reposição, defesa e conquista de direitos e rendimentos na nova fase da vida política nacional; e caracterizada também pelo envolvimento em três importantes batalhas eleitorais (Assembleia da República, Presidência da República, Autarquias Locais); e pela realização do XX Congresso do PCP.

**4.1.2.** Na acção e iniciativa políticas destacam-se os aniversários do Partido (com realce para os Almoços Regionais do Alentejo de 2017, em Moura, e de 2018, em Beja). Estas iniciativas, maioritariamente almoços-convívios, juntaram centenas de pessoas em mais de duas dezenas de realizações anuais na esmagadora maioria dos concelhos.

A par da homenagem a Catarina Eufémia, realizada anualmente em Baleizão, com avanços em termos organizativos que importa prosseguir, destacam-se igualmente as iniciativas em torno do centenário do nascimento de Pedro Soares, realizadas em 2015 em Trigaches e Beja.

Além do desenvolvimento das acções e campanhas nacionais do Partido, foram várias as iniciativas de discussão, reflexão e afirmação das nossas propostas, como debates, sessões públicas e de esclarecimento, reuniões com a população, apresentações de livros e convívios, promovidos pelas organizações do Partido, sobre matérias e assuntos muito diversificados.

**4.1.3.** O ano de 2016 ficou marcado pela realização do XX Congresso do Partido. Sob o lema “PCP – Com os trabalhadores e o povo, Democracia e Socialismo”, o envolvimento da Organização Regional de Beja desenvolveu-se entre Abril e Dezembro com dezenas de reuniões, plenários e assembleias para discussão das Teses – Projecto de Resolução Política e para a eleição dos delegados. No âmbito da sua preparação, realizaram-se ainda debates sobre a Situação Internacional, em Moura; e sobre “O euro, a dívida, a banca – causas e soluções para um Portugal com futuro”, em Beja (debates que haviam de ser replicados depois em Moura e Serpa em 2017); e ainda um plenário regional de activistas sindicais, em Serpa; e uma reunião regional de quadros, em Cuba, com a participação do Secretário-geral do Partido.

**4.1.4.** Ao longo de 2017, assumiram particular destaque as comemorações do Centenário da Revolução de Outubro sob o lema “Socialismo – exigência da actualidade e do futuro”. No distrito realizaram-se mais de uma dezena de iniciativas entre exposições, apresentações de livros, distribuições de documentos, venda especial do *Avante!*.

**4.1.5.** A Festa do *Avante!* é a maior realização política, cultural e de massas de Portugal. Festa do PCP, ela expressa e projecta os valores e ideais dos comunistas portugueses, os seus objectivos e propostas, a sua forma de estar

fraterna e solidária. A Festa constitui uma referência anual para muitos portugueses, designadamente jovens. É a Festa de Abril, da juventude, do povo.

No plano regional sublinha-se a necessidade de antecipar a distribuição de responsabilidades, facilitando a preparação de cada tarefa, buscando as melhores soluções, economizando custos, envolvendo mais camaradas e amigos; melhorar a participação nas jornadas de trabalho, programando-as, racionalizando as deslocações para trabalhos específicos mas também alargando participações e formando novos camaradas; potenciar o resultado da presença dos agentes culturais e desportivos da região na Festa.

Na região, a Campanha Nacional de Fundos “Mais Espaço mais Festa. Futuro com Abril” não atingiu a profundidade e a abrangência que se impunha, tendo inclusive ficado aquém dos objectivos estabelecidos.

É necessário consolidar um colectivo regional permanente para a Festa do *Avante!* com um funcionamento regular, que tenha como tarefas principais o estudo da participação da Organização Regional e a elaboração de propostas para uma melhor participação política e cultural e melhores resultados financeiros do Espaço de Beja, integrado na região do Alentejo. Algumas decisões já tomadas neste âmbito surtiram efeito positivo, que importa prosseguir.

Constitui importante linha de trabalho promover a abordagem da Festa nos vários organismos do Partido, em particular nos organismos de direcção, no sentido de estimular a venda antecipada, e até faseada, da EP, enquanto contributo financeiro indispensável ao sucesso da Festa, e da sua promoção e divulgação do modo mais amplo possível, junto dos trabalhadores, da juventude e das populações. É sobretudo na prossecução destas linhas de trabalho, e na mobilização organizada, designadamente através de excursões, que residem as possibilidades de melhorar a prestação e os resultados da organização regional na Festa.

A concepção, preparação, construção e funcionamento são elementos essenciais ao êxito da Festa, e uma oportunidade para o envolvimento de muitos militantes e de amigos, pelo que a preparação da Festa, designadamente as jornadas de trabalho e as tarefas de funcionamento exigem uma maior atenção e planificação, envolvendo de forma abrangente e estruturada o conjunto da Organização Regional. A Festa é uma realização de todos.

**4.1.6.** Como parte integrante da luta dos comunistas, é de valorizar a acção do deputado do Partido eleito pelo círculo eleitoral de Beja, no quadro do Grupo Parlamentar do PCP, e em articulação com a organização regional, com uma intervenção amplamente reconhecida em defesa dos trabalhadores e das populações e em prol do desenvolvimento da região. É um trabalho que precisamos de continuar a reforçar e a melhorar, nomeadamente no que diz respeito a maiores avanços na articulação com as organizações do Partido no levantamento de situações e problemas, na promoção de iniciativas, na divulgação do trabalho realizado.

**4.1.7.** As acções e iniciativas levadas a cabo na região pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu traduziram-se em importantes contributos para aprofundar o nosso conhecimento sobre diversas realidades e intervir sobre elas, procurando resolver os problemas identificados.

**4.1.8.** No Poder Local democrático releva-se a acção dos eleitos comunistas, participando com outros democratas no quadro da CDU – nas câmaras e assembleias municipais, nas juntas e assembleias de freguesia, afirmando o nosso distintivo projecto autárquico, assente no trabalho, na honestidade e na competência. Neste particular são também de destacar, com especial incidência nos anos de 2015 e 2017, em que se travaram batalhas eleitorais, a realização de dezenas de reuniões, plenários, encontros e outras iniciativas da CDU por toda a região.

**4.1.9.** Ao nível do Alentejo é de destacar o envolvimento na divulgação e afirmação do PIIESA – Plano Imediato de Intervenção Económica e Social no Alentejo, em 2015; a participação no 15.º Encontro Regional de Quadros realizado em 2016, em Avis; o desenvolvimento no distrito da acção em defesa da saúde, em 2017, com a realização de uma audição pública e diversas acções de contactos; e a campanha pelo fim da precariedade laboral, por mais auxiliares de educação e em defesa da Escola Pública, já em 2018, através da distribuição de documentos e reuniões com vários agentes da comunidade educativa. Também este ano destaca-se a participação de camaradas no Convívio de Alentejanos realizado na Quinta da Atalaia e nos debates “A seca na região Alentejo – consequências e caminhos”, realizado em Évora, e outro sob o lema “Com planeamento, investimento público, participação e desenvolvimento o Alentejo tem futuro”, realizado em Portalegre.

## **4.2. A Organização Regional de Beja**

### **4.2.1. Estrutura e organismos**

**4.2.1.1.** Na Organização Regional de Beja, o número de membros do Partido é de 2852, menos do que na 8.ª AORBE, resultando esta diminuição em grande medida do esclarecimento da situação dos membros do Partido de 2014 e 2018, com registo de várias baixas por falecimento, e à qual não estará também alheia a realidade envolvente no distrito e no Alentejo. No âmbito das campanhas de contactos há ainda cerca de um milhar de situações de inscritos por esclarecer, cuja concretização permitiria aumentar o número de inscritos. Comparativamente com a última assembleia, não se registaram alterações significativas quanto à composição social, etária e por sexos. A maioria, 71,1%, são operários e empregados. Os militantes com mais de 64 anos representam 46,4% (um acréscimo de 4,4 pontos percentuais comparativamente com a última assembleia), e cerca de 13,3% dos militantes têm até 40 anos (um decréscimo de 3,7 pontos percentuais), o que corresponde no essencial à situação demográfica. As mulheres representam cerca de 32,4% do total dos militantes, registando-se aqui um ligeiro acréscimo.

A organização partidária no distrito estrutura-se em 62 organismos com mais de 300 quadros, desde a DORBE às comissões concelhias, passando pelas células de empresa ou local de trabalho, comissões de freguesia, células de reformados e organismos específicos para o trabalho sindical e autárquico.

Na organização regional, 90% dos camaradas estão organizados pelas organizações locais, existindo 24 comissões de freguesias e 8 organizações de freguesia que funcionam em plenário e 3 organizações de reformados com organismos de direcção. Há apenas um concelho a funcionar em plenário.

**4.2.1.2.** No período entre assembleias, realizaram-se 14 assembleias das organizações, sendo três concelhias, oito de organizações locais, duas de empresas e locais de trabalho e uma de reformados.

A realização das assembleias das organizações é uma das componentes da democracia interna integrante dos princípios de funcionamento do Partido, com a eleição dos organismos dirigentes, o balanço e avaliação do trabalho realizado e da situação nas áreas do âmbito da sua responsabilidade e a definição de orientações para a intervenção, no quadro da orientação geral do Partido. Uma atenção particular deve ser dada à realização do maior número possível de assembleias das organizações de base, começando por aquelas que não se efectuam há mais de três anos.

Aprofundar a estruturação do trabalho do Partido e intensificar a responsabilização de quadros por tarefas de direcção e de organização deve constituir uma das principais linhas de trabalho em todos os organismos. Devem ser ultrapassadas e resolvidas situações de organismos, designadamente executivos, onde temos camaradas sem qualquer tarefa.

**4.2.1.3.** A DORBE manteve uma regularidade no seu funcionamento (em média trimestral). As suas reuniões debruçaram-se fundamentalmente sobre a apreciação da situação política e social e nas tarefas do Partido. Houve regularmente tomadas de posição política sobre os problemas do distrito. As reuniões devem ser melhor preparadas pelos organismos executivos e pelos membros da DORBE, que precisam também de melhorar a sua presença e participação.

A DORBE a eleger pela 9.<sup>a</sup> Assembleia da Organização Regional de Beja deve manter as características da actual, nomeadamente no que se refere às suas competências, admitindo-se que possa ter alguma redução na sua dimensão; deve manter uma maioria de operários e empregados, reforçando a presença de camaradas oriundos dos locais de trabalho e reflectindo a identidade, natureza e princípios do Partido; deve dar especial atenção ao reforço da participação de mulheres; e deve ter presente na sua composição quadros com condições políticas e ideológicas, quadros ligados à organização do Partido e com tarefas de responsabilidade, quadros com ligação às diversas áreas e frentes de trabalho, e integrantes de organizações e movimentos de massas. Devem manter-se os mesmos organismos executivos da DORBE – o Secretariado e o Executivo.

O funcionamento da Comissão Regional de Organização foi irregular. Mas deram-se passos significativos ao nível do Gabinete Regional de Organização, recuperando trabalho acumulado. Actualmente, há mais rigor no tratamento e seguimento das situações (recrutamentos, transferências, etc.) e melhor capacidade de resposta às questões que se vão colocando.

Os organismos para a actividade sindical, com funcionamentos diferenciados, por vezes irregulares, mas mais acompanhados desde a última assembleia, provaram da sua importância e é uma linha de trabalho a prosseguir e reforçar, responsabilizando mais camaradas, dividindo tarefas entre eles, contribuindo para melhorar a intervenção nesta frente.

A Coordenadora Regional de Autarquias desempenhou uma actividade importante na articulação da acção dos eleitos, permitindo o seu acompanhamento a nível municipal e intermunicipal e, apesar das dificuldades inerentes à sua função, cumpriu o papel que lhe estava definido.

#### **4.2.2. O trabalho de direcção, a responsabilização de quadros e a formação política e ideológica**

O fortalecimento do trabalho de direcção, de meios e capacidades, melhorando o seu aproveitamento, afirmando e reforçando o trabalho colectivo, a responsabilidade individual, a iniciativa, coordenação e disciplina e a responsabilização de quadros são elementos decisivos para o reforço do Partido.

Trata-se de assegurar o funcionamento regular e eficaz dos organismos de direcção, o seu fortalecimento, renovação e rejuvenescimento; de assegurar que um número maior de camaradas se disponibilizem para assumir tarefas regulares de acordo com a sua disponibilidade; de proceder ao levantamento dos membros do Partido que se destacaram em diversas tarefas e trabalhar para a sua responsabilização; de contribuir para que milhares de pessoas que não são ou ainda não são do Partido, mas que se revelaram na luta de massas, na intervenção social e política e também nas eleições autárquicas, se integrem com uma activa participação em estruturas e acções unitárias.

**4.2.2.1** O trabalho de direcção realizado na Organização Regional foi complexo e exigente, dada a multiplicidade de tarefas políticas, o desenvolvimento da luta de massas, as batalhas eleitorais e o reforço do Partido. Tal acção exigiu envolvimento, esforço e articulação de direcção dos organismos, de quadros e militantes chamados a integrar os organismos. Apesar das insuficiências e atrasos, procurou-se fazer face às exigências do trabalho de direcção e assegurar a resposta política que a situação nos coloca.

Um dos aspectos do nosso estilo de trabalho prende-se com o funcionamento democrático do Partido, garantindo, entre outros aspectos, o trabalho colectivo e a direcção colectiva, o controlo de execução a regular prestação de contas e a promoção da participação dos militantes no debate, na apreciação crítica e autocrítica do trabalho realizado e na definição de objectivos. As assembleias das organizações, com a eleição regular dos organismos dirigentes, a prestação de contas, a definição de linhas de orientação e de trabalho têm um papel insubstituível no funcionamento democrático e na militância e necessitam de ser regularmente avaliadas.

Há que combater tendências negativas no trabalho de direcção do Partido, tais como o insuficiente enquadramento político e ideológico da actividade partidária; o *praticismo* como estilo de trabalho; ou o fazer da discussão um fim em si. A acção e intervenção política do Partido é fruto da sua identidade, do seu projecto, da observação permanente da realidade e da acção consciente e organizada, agindo para transformar.

A vida democrática das organizações tem de merecer uma permanente atenção dos organismos e camaradas no sentido de chamar à participação na definição das orientações, da linha política e nas decisões um cada vez maior número de militantes, na atenta consideração e debate das opiniões dos militantes e nas decisões dos organismos para a acção concreta, combatendo tendências para o trabalho individualista e em sobreposição ao trabalho colectivo.

Estando definida como prioridade a intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho, há também que direccionar o trabalho das organizações para a ligação às massas e a dinamização da luta em torno dos seus problemas concretos, estudando e conhecendo de forma mais rigorosa a

realidade em que actuamos e, designadamente, as alterações económicas, sociais e culturais que se operam no distrito de Beja.

É imperativo renovar e rejuvenescer os organismos e aumentar a participação dos quadros operários, jovens e mulheres, no trabalho de direcção aos diversos níveis da estrutura partidária e estimular, no quadro da orientação e dos objectivos gerais do Partido, a iniciativa a partir das organizações e organismos de base.

**4.2.2.2.** A organização regional conta com muitos quadros que actuam aos mais diversos níveis da estrutura partidária e das frentes de luta, assegurando a actividade empenhada do colectivo partidário, sem os quais não seria possível dar resposta às múltiplas tarefas que se colocaram e colocam aos comunistas do distrito de Beja.

Entre assembleias foram responsabilizados mais 61 novos camaradas e, destes, 11 são jovens até aos 35 anos e sete estão em empresas e locais de trabalho. Continua a haver bloqueios no trabalho de direcção, nomeadamente no aprofundamento da estruturação, por falta de quadros que assumam a direcção de organizações de base.

O melhor conhecimento dos quadros, o seu acompanhamento, a sua integração em organismos, a sua formação ideológica, são aspectos essenciais para que eles revelem o mais plenamente possível as suas qualidades e se anulem ou quebrem os traços menos bons, adquiram experiência, vençam as dificuldades, para que adquiram mais confiança em si próprios e desenvolvam capacidades de iniciativa, no quadro do trabalho colectivo. Isto implica ajuda ao seu trabalho e apoio do ponto de vista partidário, político, ideológico, cultural e pessoal. No conjunto dos quadros destaca-se a importância dos funcionários do Partido – quadros a tempo inteiro que pela sua dedicação, disponibilidade e acção política e revolucionária são indispensáveis à actividade do PCP e à afirmação dos seus princípios e objectivos.

O rejuvenescimento dos quadros tem sido uma preocupação no nosso trabalho. Há que prosseguir este objectivo de forma permanente, garantindo a transmissão da experiência adquirida, para que não se perca a memória, nem os valores e os ensinamentos da experiência e da história de gerações de comunistas que honraram o Partido e a sua luta na região.

Reafirma-se a necessidade de uma política de quadros que corresponda e reforce a natureza de classe do Partido. Que nos organismos dirigentes aos diversos níveis a política de quadros tenha como direcção prioritária a responsabilização de quadros operários, jovens e mulheres (incluindo a chamada ao quadro de funcionários).

**4.2.2.3.** Mantiveram-se aspectos positivos ao nível da formação política e ideológica (embora desiguais de organização para organização), revelando uma melhor compreensão na organização regional para a necessidade da preparação dos quadros, face à necessidade de dar resposta à intensa batalha ideológica com que os militantes do Partido estão confrontados.

Entre assembleias, 58 camaradas da organização regional participaram em cinco cursos de formação ideológica. Estes dados não incluem diversas participações em acções temáticas específicas em termos centrais. São números ainda modestos que reflectem a necessidade de um trabalho mais sistemático e dirigido.

É necessário acompanhar este trabalho e estabelecer planos anuais de formação, tendo em conta os horários, os tempos dos cursos e as exigências da vida profissional e familiar dos quadros.

Sendo certo que uma importante parte da formação política e ideológica se faz no dia-a-dia da nossa actividade e no processo da luta de classes nas pequenas e grandes lutas, no plano da formação política e ideológica coloca-se: programar atempadamente e fazer a devida divulgação do plano de trabalho anual de formação na Escola do Partido e nas Organizações Regionais; estimular a leitura e o estudo dos documentos do Partido, do *Avante!* e de *O Militante* nas reuniões e no trabalho regular; assentar a formação sobretudo nos documentos fundamentais do Partido – Programa, Estatutos, Resoluções dos Congressos, na obra dos clássicos do marxismo-leninismo, na obra de Álvaro Cunhal, na História do Partido e da Revolução Portuguesa; destacar em 2018 as acções de formação no âmbito do II Centenário do nascimento de Karl Marx; considerar de forma particular a formação dos quadros responsáveis por organizações e os integrados nos movimentos de massas.

#### **4.2.3. Recrutar e integrar – uma militância mais activa**

Particular importância assume a concretização de uma forte acção de recrutamento, com o apelo à adesão ao Partido e um trabalho de contacto dirigido aos muitos milhares que têm condições para serem membros do Partido, sendo essencial a sua adesão e que sejam integrados e responsabilizados. Uma adesão e integração que é necessária para fortalecer, renovar e rejuvenescer organizações, mas também para criar organizações do Partido onde não existem, designadamente novas células de empresa e local de trabalho.

No período entre 2015 e 2018 foram recrutados 156 camaradas, no conjunto dos 13 concelhos.

Mantém-se como aspecto menos positivo o facto das organizações e os militantes não terem ainda interiorizado como preocupação permanente e prática sistemática o recrutamento para o Partido, bem como alguma falta de audácia na abordagem daqueles que se destacam na luta, na empresa/local de trabalho, nas escolas, nas lutas das populações, nas batalhas eleitorais e a sua rápida integração em organismos com atribuição de tarefas.

Não é demais referir que o recrutamento é essencial ao reforço do Partido e tarefa de todos os militantes. Precisamos de orientar o recrutamento prioritariamente para operários, jovens e mulheres, e trabalhar para que a cada camarada recrutado seja atribuída uma tarefa e seja integrado num organismo de forma célere.

A militância tem um papel decisivo na força do PCP. É a principal fonte de capacidade de intervenção, que será tanto maior quanto mais militantes estiverem conscientes de que a força do Partido é determinada pela acção dos seus membros no quadro do colectivo partidário, assumindo a militância como imperativo político, cívico e social.

A militância é determinada pela força das convicções em que assenta a luta pelos objectivos e causas do Partido. A militância enriquece profundamente o militante comunista nas vertentes política, social, cultural e humana.

A militância dá sentido prático e é motivo exaltante da vida do membro do Partido. É uma fonte de satisfação e de forma especial quando dela resulta a melhoria das condições de vida para os trabalhadores e o povo. Nesse sentido,



a militância comunista diferencia-se e contraria práticas cujos objectivos são conseguir vantagens ou satisfazer ambições pessoais.

Na sequência de dar corpo às conclusões do XX Congresso do Partido de fortalecer a ligação às novas gerações, para além da regular articulação entre o Partido e a JCP, decisiva para o desenvolvimento do trabalho diário e acompanhamento de quadros, é necessário que se desenvolva um trabalho sistemático, que permita acompanhar o percurso do maior número possível de militantes da JCP com vista à sua adesão e militância activa no Partido.

Em articulação com a JCP que está em curso, é preciso acelerar e concretizar a identificação tanto quanto possível de quem em determinada altura da sua vida decidiu tomar partido e aderir à JCP mas que, por dificuldades e alterações nas suas vidas e outras razões diversas e/ou pessoais levaram a que vários se desligassem, desenvolvendo contactos para avaliar da sua actual situação partidária e da sua disponibilidade para aderir ou participar nas tarefas do Partido.

No momento presente temos a emissão do novo cartão de membro do Partido. Marcante pelo significado de identificar cada membro do Partido Comunista Português, do grande colectivo que transporta o testemunho de um património de acção e de luta que se honra na conduta e na acção. Marcante porque renova o compromisso de militância em que assenta a capacidade de intervenção do Partido. Marcante pela grande acção de contacto com todos os membros do Partido, que a sua entrega propicia para assegurar e reforçar a sua ligação e integração e elevar o grau da sua militância, sendo por isso de grande importância a sua preparação pelas organizações do Partido.

O acto de entrega do cartão requer um mínimo de conversa individual com cada camarada, o que implica planificá-las com dia e hora, sejam no Centro de Trabalho, na casa do camarada, ou à porta da empresa. Esta entrega deve ser acompanhada da verificação de todos os dados da ficha que o acompanha (um erro no contacto telefónico ou a falta da informação sobre sindicalização ou pertença a uma ou mais colectividades, por exemplo, dificultam o trabalho do Partido). Deve ser visto com cada camarada o valor da quota e o aumento do seu valor (tendo como referência 1% do seu rendimento mensal) e o pagamento de quotas atrasadas. Deve ser visto com cada camarada que não adquire o *Avante!* a possibilidade de o fazer e a forma de entrega e pagamento, bem como de *O Militante*. Deve ser combinado com cada camarada a responsabilidade por uma tarefa regular de acordo com as suas possibilidades. Do recebimento de uma quota, ou a entrega de um *Avante*, às tarefas de maior exigência, todas elas são necessárias ao Partido. É preciso valorizá-las e apelar à vontade e à consciência de cada camarada. Para avançarmos neste domínio é importante não apenas ouvir sobre a disponibilidade e vontade de cada camarada para tarefas, mas também, na medida do possível, avançarmos logo com ideias/propostas de tarefas para cada um assumir – isto exigirá fazer uma reflexão/discussão antes da abordagem com cada camarada. Deve ser dada a indicação sobre a forma da participação do camarada em organismos e reuniões.

### **4.3. Por um PCP mais forte e influente**

#### **4.3.1. Política de fundos**

Assegurar a independência financeira do Partido é indispensável para garantir a sua independência política, orgânica e ideológica. É por isso uma tarefa de todo o Partido, de todas as suas organizações e militantes.

É na base do funcionamento do Partido, das suas forças, meios, militância, da iniciativa própria, da contribuição dos seus membros, simpatizantes e amigos que importa assegurar os meios financeiros para suportar a acção e intervenção do Partido.

A capacidade do Partido em assegurar, no essencial, os meios financeiros para a sua actividade, recusando ser um departamento do Estado ou uma sucursal política dos grupos económicos e financeiros, comporta em si mesmo um elevado valor político e ético distintivo do PCP, dos seus objectivos e da sua intervenção juntos dos trabalhadores e do povo.

A situação financeira da Organização Regional, apesar de esforços desenvolvidos, mantém-se muito delicada e exigente desde a 8.<sup>a</sup> AORBE. Na estrutura das receitas, sendo a quotização a principal fonte de receita da organização do partido, nos últimos quatro anos ficámos aquém do objectivo de 70% de camaradas com quotas em dia. Persistem obstáculos na responsabilização de camaradas pela recolha da quotização nas organizações, o que dificulta a recolha regular de quotas, a discussão nas organizações sobre a situação financeira do Partido e o procurar de formas criativas e regulares de recolha de fundos, tais como as dinamizações dos Centros de Trabalho, a centralização regular do contributo dos eleitos nos órgãos de Poder Local ao Partido, na óptica do não ser prejudicado nem beneficiado. Nas campanhas de “Um dia de salário para o Partido”, apesar das potencialidades, persistem dificuldades na responsabilização de camaradas pela descentralização e pelo contacto com camaradas e amigos do Partido.

Quanto às despesas, face à exigente situação financeira do Partido, fez-se um esforço para a sua redução, sem pôr em causa a iniciativa e actividade do Partido, apesar dos constantes custos que se têm verificado, pelo que é fundamental concretizar o aumento da receita e da iniciativa própria de obtenção de fundos.

Aumentar a capacidade financeira do Partido é indispensável para dar suporte e fazer crescer a sua capacidade de intervenção. Para assegurar o equilíbrio financeiro da Organização Regional, é necessário ter como objectivo a diminuição da dependência da Caixa Central e do peso relativo das receitas com origem institucional e de carácter conjuntural.

#### Principais linhas de trabalho

– Todos os organismos de Direcção devem reforçar a discussão e medidas a tomar para melhorar a situação financeira do Partido, tendo em conta as condicionantes do momento, mas também todas as potencialidades, para que o Partido possa manter a independência financeira, política e ideológica, questão central da sua autonomia enquanto Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

– Importa normalizar e regularizar os compromissos mensais das Comissões Concelhias à DORBE, com vista ao pagamento dos seus encargos financeiros.

Sobre a quotização:

– Discutir e potenciar junto dos camaradas o aumento do valor da quota e aumentar o número de camaradas com as quotas em dia, aproveitando

particularmente o momento da entrega do novo cartão para concretizar estes objectivos e informar como e junto de quem proceder ao pagamento da sua quota.

- Discutir e definir, em cada organização, um maior número de camaradas com a tarefa de cobrança de quotas na base de um para 20 membros do Partido, com o objectivo de responsabilizar mais 60 camaradas durante o ano 2018, de forma a assegurar um amplo pagamento mensal das quotas, e ter como objectivo cobrar as quotas a pelo menos 70% dos militantes de cada organização.

- Discutir com os camaradas e considerar o pagamento por débito directo ou por Multibanco.

- Continuar a discutir com os camaradas a necessidade sobre o aumento do valor da quota, tendo como referência 1% do salário, em particular com cada camarada novo que se inscreve.

Sobre outras receitas:

- Garantir as contribuições de eleitos e de outros membros do Partido em cargos públicos, assegurando o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados, apurando os montantes, definindo a forma da sua concretização, dando prioridade à transferência bancária de forma directa, fazendo a discussão e acompanhamento regular.

- Promover e dinamizar iniciativas próprias que estimulem as contribuições de militantes e simpatizantes do Partido, potenciando e dinamizando iniciativas nos Centros de Trabalho, privilegiando as campanhas de fundos como a de “Um dia de salário para o Partido”, assegurando o seu acompanhamento pela DORBE, comissões concelhias, comissões de freguesias e células.

- Estimular e dinamizar a venda do *Avante!* e de *O Militante*, assegurar a contribuição de verbas pela participação nas mesas de voto, contribuir para vender mais EP para a Festa do *Avante!*, são iniciativas que têm importância pelo valor e importância política mas que podem permitir igualmente outras fontes de receita.

- Responsabilizar mais camaradas pelas várias tarefas de fundos em cada organização, permitindo assegurar e acompanhar de forma mais regular e rigorosa a recolha financeira das organizações do Partido.

- Elaborar orçamentos, em cada organização, com a previsão de despesas e objectivos de receitas, garantindo a sustentabilidade de compromissos assumidos, sem colocar em causa a intervenção futura do Partido, garantindo o respectivo controlo orçamental e acompanhamento da situação financeira.

#### **4.3.2. Empresas e locais de trabalho**

A intervenção nas empresas e locais de trabalho é uma prioridade de todas as organizações do Partido, é um elemento central da natureza de classe do Partido, essencial para o seu reforço e para a intensificação e alargamento da luta de massas, para a concretização dos seus objectivos e reforço.

Desde a 8.<sup>a</sup> AORBE, deram-se passos importantes na intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho, sector que abarca a maior parte das organizações (22), nomeadamente junto dos trabalhadores das autarquias locais, no sector mineiro, junto dos trabalhadores da Almina (Aljustrel) e da Somincor (Castro Verde), no sector da saúde (principalmente junto dos trabalhadores do hospital de Beja) e na PT em Beja. Há algumas insuficiências na organização no seio dos operários agrícolas, nomeadamente dos trabalhadores do Vale da Rosa (Ferreira do Alentejo) e persistem dificuldades

em contactar os trabalhadores das grandes superfícies comerciais e das IPSS, um pouco por todo o distrito.

A dinamização da campanha “Mais Direitos! Mais Futuro! Não à Precariedade”, junto dos trabalhadores, contribuiu de forma significativa para uma maior e mais regular presença à porta dos locais de trabalho, tendo sido constituída uma brigada que permitiu que a campanha chegasse a mais trabalhadores e locais de trabalho por toda a região. Teve um momento alto na passagem da exposição da campanha por Beja, onde foi inaugurada com uma sessão em que participaram muitos camaradas e amigos.

Apesar destes avanços, que permitiram conhecer melhor a realidade e os problemas específicos dos trabalhadores, persistem dificuldades na estruturação do trabalho organizado nas empresas e nos locais de trabalho onde existem células do Partido. Há dificuldades na responsabilização de camaradas para acompanhar o trabalho das empresas e para realizar tarefas regulares.

Actualmente, existem oito células de empresa/local de trabalho na ORBE (dos trabalhadores da Administração Pública Local de Beja, das câmaras municipais de Serpa, de Moura e de Mértola, da Somincor e da Almina, da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel e do hospital de Beja), sendo que nem todas mantêm um funcionamento regular (células dos trabalhadores das câmaras de Moura e de Mértola e da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel).

Fruto da intensificação do trabalho, deram-se passos para dinamizar a actividade nas células dos trabalhadores da Administração Pública Local de Beja, Câmara de Serpa, Almina, Somincor e hospital de Beja, o que permitiu contactar e envolver mais camaradas nas actividades do Partido e uma maior responsabilização por tarefas, nomeadamente pela imprensa partidária e pela quotização.

Dando resposta às linhas orientadoras colocadas pelo Comité Central “Sobre um PCP Mais Forte e Influyente”, de 20 e 21 de Janeiro de 2018, com vista ao reforço do Partido a partir das empresas e locais de trabalho, colocam-se como principais linhas de trabalho:

- Responsabilizar camaradas por esta frente no plano das Comissões Concelhias da ORBE.
- Manter a regularidade de funcionamento das células já existentes e criar células dos trabalhadores da PT (Beja) e dos trabalhadores das câmaras municipais de Cuba, Alvito, Castro Verde e Vidigueira.
- Responsabilizar 30 camaradas a partir de empresas e locais de trabalho por tarefas concretas, de forma a alargar e reforçar a capacidade de direcção das células.
- No quadro da Campanha dos 5000 contactos com trabalhadores, a decorrer durante o ano de 2018, concretizar 200 contactos com trabalhadores do distrito, privilegiando a conversa com trabalhadores dos 22 locais de trabalho/empresas definidas como prioritárias no quadro da nossa intervenção, tendo como objectivo fazer 60 novos recrutamentos.
- Contribuir para o reforço do movimento sindical unitário, a partir da sindicalização e intervenção de militantes do Partido nos sindicatos do seu sector.
- Regularizar e reforçar o funcionamento de organismos de membros do Partido com tarefas no movimento sindical unitário e em outras organizações unitárias de trabalhadores, onde colectivamente se define a orientação geral do Partido.

- Assegurar a integração de todos os militantes organizados nas empresas e locais de trabalho na vida partidária, a partir das disponibilidades concretas de cada um.
- Prosseguir com a transferência de membros do Partido com menos de 55 anos das organizações locais para as de empresa e locais de trabalho.
- Garantir presença do Partido nas 22 empresas e locais de trabalho prioritárias na nossa intervenção do distrito e regularizar a edição de folhas informativas sobre os problemas concretos dos trabalhadores.
- Com base na responsabilização de quadros a partir de empresas e locais de trabalho, reactivar a Coordenadora de Empresas Regional e procurar dinamizar as suas reuniões de forma a melhorar o trabalho de direcção do Partido nesta frente de trabalho.

### **4.3.3. Organizações locais**

Na estrutura da ORBE, as Comissões de Freguesia assumem no plano local um papel importante para o desenvolvimento da actividade do Partido e para o desenvolvimento da luta das populações.

O seu fortalecimento, através da responsabilização dos seus membros, assegurando que cada um tenha as suas tarefas, é uma prioridade permanente para que possam cumprir com o seu papel: a dinamização da actividade do Partido, a organização da militância, a intervenção face aos problemas locais concretos e o alargamento da luta de massas.

Ao nível da ORBE, existem 24 Comissões de Freguesias e três Organizações de Reformados com dificuldades de reunião e actividade regular.

Assim, colocam-se como tarefas prioritárias a todos os organismos de base:

- Criar nas freguesias com maior número de militantes organismos de base de forma a aproximar o organismo dirigente de freguesia aos militantes.
- Identificar os problemas e aspirações das populações, dinamizar a luta em torno da defesa e melhoria dos serviços públicos, dando particular atenção às necessidades e reivindicações das novas gerações e dos reformados.
- Fazer o levantamento de quadros e potenciar as suas capacidades para rejuvenescer os organismos de direcção das organizações de base local.
- Assegurar que todos os militantes que integram os organismos de base local têm tarefas regulares.
- Acompanhar os membros do Partido no movimento associativo popular e nas diversas estruturas populares.
- Criar e fazer funcionar com regularidade organismos de eleitos nas autarquias e para o trabalho autárquico.

### **4.3.4. A propaganda e a difusão da imprensa**

Ao nível da organização partidária, as questões relacionadas com agitação e propaganda devem merecer uma adequada e permanente atenção, pela sua importância na batalha ideológica e para afirmação política do Partido e da sua ligação aos trabalhadores e às populações.

A divulgação das propostas do Partido, a afirmação da política alternativa, patriótica de esquerda, a valorização e expressão da luta organizada e de massas nos locais de trabalho e nas ruas, dependem da acção e da iniciativa política própria das organizações, com uma correcta utilização dos meios próprios e disponíveis, e, sobretudo, dos militantes, da acção individual de cada comunista.

As diversas possibilidades de meios de informação e propaganda ao dispor das organizações do Partido (elaboração de comunicados sobre questões concretas, envio de notas à Comunicação Social, recurso a estruturas amovíveis de diferentes dimensões, pintura de murais, utilização da Internet, recurso às redes sociais, entre outras) revelam um vasto campo de intervenção dos comunistas que é preciso potenciar e organizar.

Neste quadro, a compra, leitura e difusão da imprensa do Partido, o *Avante!* e *O Militante*, assume-se como um instrumento determinante para responder às necessidades de dar a conhecer aos trabalhadores e ao povo o projecto e as propostas do Partido.

A leitura e o estudo do *Avante!* e de *O Militante* devem ser considerados como uma tarefa e são indispensáveis para termos mais militantes no Partido bem preparados para as tarefas do partido, para o contacto e esclarecimento com trabalhadores e das populações nas empresas e locais de trabalho, nas ruas, nas associações e nas diversas organizações de massas.

Actualmente, na ORBE, o Partido vende por via orgânica 316 exemplares do *Avante!* e 77 de *O Militante*.

Apesar de esforços que se têm vindo a fazer para aumentar e alargar a venda do *Avante!*, sobretudo com a campanha de difusão e compra do *Avante!* de 2015, que permitiu aumentar substancialmente o número de encomendas do *Avante!* para 367, em Março de 2017, e a criação de novas ADE (8), o que é revelador das potencialidades tanto para a compra como para a leitura.

Nos últimos dois anos têm-se dado passos importantes na dinamização de vendas especiais do *Avante!*, quer em empresas e locais de trabalho (como são exemplos as vendas especiais na Almina, em Aljustrel, na Somincor, em Castro Verde, na Câmara de Serpa, junto dos comerciantes locais, em Ferreira do Alentejo), quer em locais de grande concentração de massas de forma regular, como é exemplo a banca de venda do *Avante!* que se realiza semanalmente nas Portas de Mértola, em Beja. São experiências e avanços importantes na difusão do *Avante!* e das propostas do Partido junto dos trabalhadores e das populações.

Apesar de avanços e passos importantes, fruto das dificuldades, sobretudo na responsabilização de mais camaradas pela difusão do *Avante!*, não foi possível manter e aumentar para 415 exemplares como era objectivo assumido. Importa pois, continuar a potenciar e a estimular a compra, a leitura e a difusão do *Avante!* em todas as organizações do Partido, pela importância política, por uma maior militância e por um PCP mais forte e organizado.

Assim, na propaganda e imprensa partidária, destacam-se como principais linhas de trabalho:

- Procurar desenvolver um trabalho mais regular de propaganda nas organizações, nomeadamente nos locais de trabalho e junto das populações, em torno de problemas concretos.
- Responsabilizar mais camaradas pela tarefa da propaganda, no quadro das organizações, bem como o aproveitamento rigoroso de todos os meios disponíveis para dinamização da propaganda.
- Assegurar uma maior celeridade na distribuição da propaganda nacional do Partido, nos locais prioritários definidos em cada organização, bem como um maior aproveitamento das estruturas mupis fixadas em cada concelho, procurando zelar pela sua defesa e manutenção.
- Dinamizar o sítio *web* da DORBE, mantendo-o actualizado, com a actividade da Organização Regional e a actividade geral do Partido.

- Manter um funcionamento regular e dinâmico de uma Comissão Distrital de Propaganda.
- Continuar a utilizar as listas de correio electrónico de forma centralizada e generalizada nas organizações.
- Discutir em cada executivo das Comissões Concelhias como criar novas ADE, reactivar outras e acompanhar regularmente a venda do *Avante!* de forma a concretizar e atingir a meta de venda de 400 exemplares do *Avante!* e de 100 de *O Militante*, até ao fim de 2018.
- Criar ADE nos concelhos que ainda não recebem o *Avante!* (Almodôvar e Ourique).
- Discutir em cada organização as possibilidades de novos compradores do *Avante!*, e seleccionar camaradas a responsabilizar pela tarefa da difusão do *Avante!*.
- Responsabilizar mais 15 camaradas pela tarefa da difusão do *Avante!* (actualmente estão 39 camaradas com a tarefa de difusão do *Avante!* na região).
- Dinamizar com regularidade bancas de venda do *Avante!* junto das empresas e locais de trabalho prioritários, junto de praças e mercados, e em locais de concentração de massas.

#### **4.3.5. O trabalho com camadas e sectores sociais específicos**

A organização do Partido está em melhores condições para assumir, de facto, o seu papel de vanguarda quando é conhecedora dos problemas dos trabalhadores e de outras camadas sociais.

Assim, destacam-se as seguintes linhas de trabalho:

- No âmbito da intervenção junto das novas gerações, contribuir para o reforço da Juventude Comunista Portuguesa, para uma melhor intervenção e conhecimento da realidade da juventude do distrito, apoiando a JCP no seu trabalho, nomeadamente junto das maiores concentrações juvenis e do movimento associativo juvenil.
- Em articulação com a JCP, dar andamento à campanha de actualização de fichas e de contactos a militantes da JCP com mais de 30 anos, promovendo o seu enquadramento no trabalho e na organização do Partido.
- Constituir células de reformados e criar organismos com camaradas com tarefas unitárias nesta frente, até ao final de 2018, com o objectivo de aumentar a intervenção junto desta camada social e de reforçar as suas organizações unitárias.
- Intervir de forma organizada na área da Cultura, junto dos intelectuais e quadros técnicos, promover a sua organização e intervenção nas suas estruturas unitárias.
- Desenvolver a acção, com trabalho específico, junto dos agricultores, dos micro, pequeno e médios empresários, das mulheres, das pessoas com deficiência, dos imigrantes, dos desempregados.

\*  
\* \*

Esta é a Resolução Política da 9.<sup>a</sup> Assembleia da Organização Regional de Beja, que traça a evolução da situação económica e social no distrito e no País, faz o balanço do trabalho do Partido na ORBE nos últimos três anos e meio, propõe linhas orientadoras para o reforço da acção partidária e apresenta as propostas dos comunistas para uma vida melhor na região.

Como estabelece o Programa do PCP “Uma Democracia Avançada – Os Valores de Abril no Futuro de Portugal”, respondendo com propostas, soluções e luta às realidades e às mudanças, o Partido afirma a sua identidade própria. Como partido da classe operária e de todos os trabalhadores estreitamente ligado às massas. Como partido que luta por uma sociedade socialista. Como partido que tem como base teórica o marxismo-leninismo, materialista e dialéctico, necessariamente criativo. Como partido com princípios e prática de profunda democracia interna e de unidade de orientação e acção adquiridos no desenvolvimento próprio do centralismo democrático. Como partido patriótico e internacionalista, solidário e cooperante com a luta dos trabalhadores e dos povos dos outros países, com os comunistas e outras forças revolucionárias e progressistas do mundo.

Com o alargado debate democrático no colectivo partidário realizado no quadro da 9.<sup>a</sup> AORBE; com as orientações estabelecidas para o reforço do Partido e da sua capacidade de intervenção; com as propostas apresentadas para uma vida melhor – o PCP, com o seu património de luta, de experiência, de obra feita e de conhecimento da realidade, contribui para o desenvolvimento e afirmação do distrito de Beja e do Alentejo. Com a sua opção de defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, o PCP continuará a intervir e lutar por uma política que, com base nos valores de Abril, se insira no caminho da construção de uma democracia avançada, rumo ao socialismo e ao comunismo.

Cuba, 10 de Junho de 2018